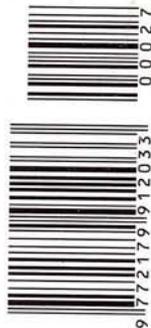


Florianópolis (SC)
novembro/dezembro de 2012
Ano 6
Nº 29
R\$ 5,00

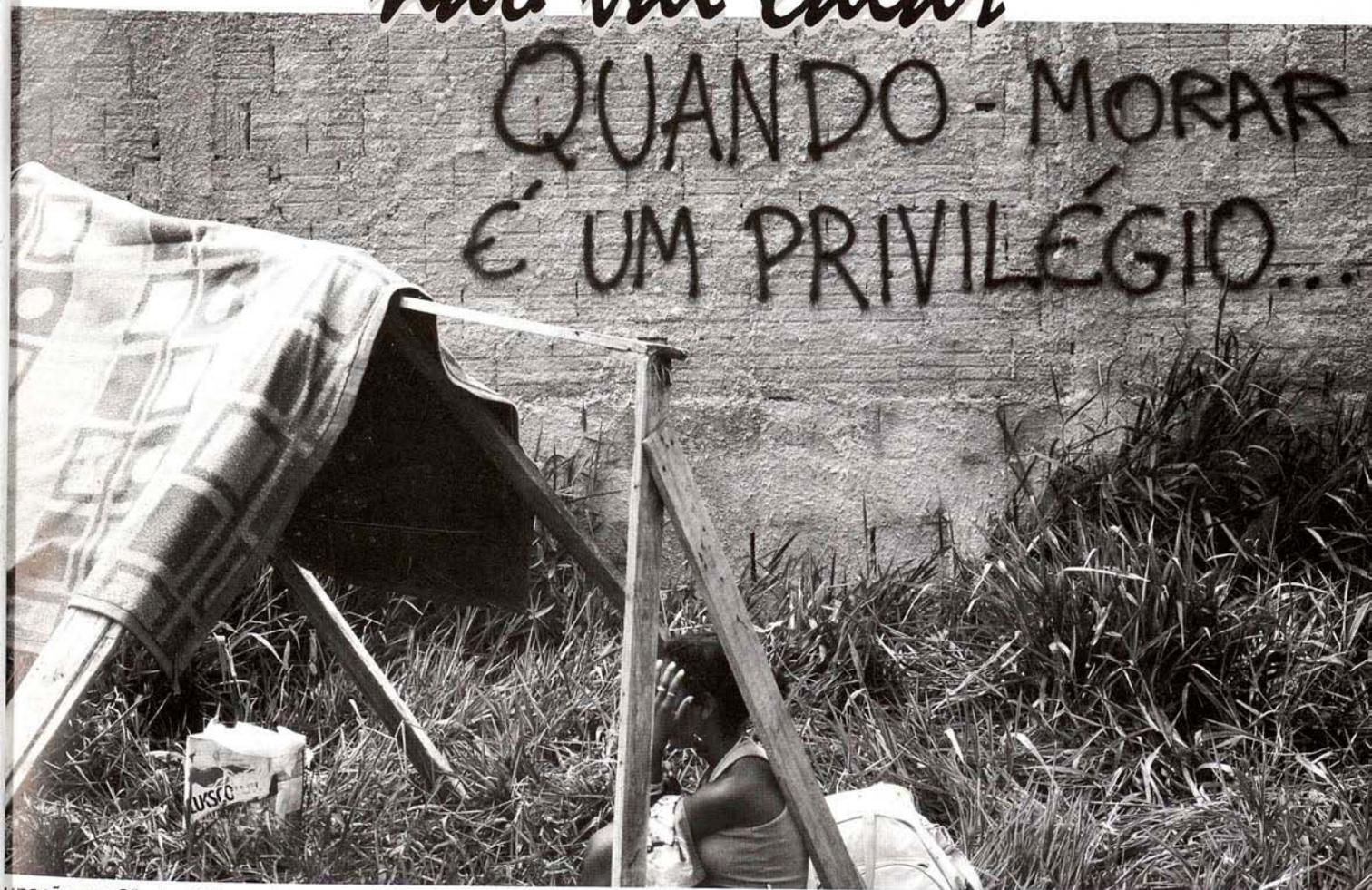


Pobres & Nojentas



*Contestado(s) que o tempo
não vai calar*

QUANDO-MORAR
É UM PRIVILÉGIO...



ocupação em São José é um dos exemplos da luta por moradia que está começando a se reorganizar em Florianópolis e Região

"Nojenta" é a pessoa que questiona velhos valores, cria o novo e persegue vida boa e bonita para todos



11 Luta por terra e dignidade

- 04 Condenados por lutar
- 08 Repressão não substitui educação
- 16 Cesar Souza Jr. vem aí...E aí?
- 19 O duro aprendizado de um estudante que vive nas ruas do campus
- 24 Empresa tira saúde dos pobres

Seções

- 03 Editorial
Escrita a favor da vida
- 26 Crônica
A marca da bolsa

P7506 Revista Pobres e Nojentas.
Revista Pobres e Nojentas. – n. 1. (2006) – Florianópolis : RPCC, 2011

Mensal.
ISSN: 2179-9121

1. Antropologia social. 2. Cultura de massa - Brasil. 3. Capitalismo - sociologia. 4. Etnologia cultural. 5. Sociologia política. 6. Etnografia.

CDD 306

Catálogo na fonte: Maria Guilhermina Cunha Salasário CBR 14/802

Para assinar Pobres & Nojentas

- Deposite o valor na conta do Banco do Brasil nº 618-714-5, agência 0016-7
 - Envie e-mail para eteia@gmx.net informando: data e hora do depósito, nome e endereço completo (com CEP)



4 edições ao ano
R\$ 25,00
(inclui as despesas com o Correio)



A Rede Popular Catarinense de Comunicação (RPCC) reúne veículos e entidades que compartilham textos, áudios, fotografias, dentro da lógica da soberania comunicacional, que pressupõe o controle coletivo dos meios e da produção de conteúdos, buscando a quebra do controle da informação exercido pelos grandes meios de comunicação do Estado.

www.redepopularcatarinensedecomunicacao.blogspot.com

twitter.com/redepopularcc
redepopularsc@gmail.com

Colaboraram nesta edição:

- Eduardo Schmitz
- Elaine Tavares
- Leandro Pellizzoni
- Lívia Monte
- Marcela Cornelli
- Míriam Santini de Abreu
- Osíris Duarte
- Raquel Moysés

Edição

Elaine Tavares (MTb 00501-SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077-RS)

Projeto gráfico:

Rosângela Bion de Assis (MTb 00390-SC)
Sandra Werle (MTb 00515-SC)

Editoração:

Alysson Moura (designer gráfico)
Florimage Serviços Gráficos Ltda

Artes da *Pobrecita*

- Silva
- Eduardo Schmitz

Apoio Cultural

• Sindprevs/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina)



Florianópolis/Santa Catarina

Escrita a favor da vida

Ao chegar na marca de 29 edições, a revista *Pobres & Nojentas* traz reportagens que, de um modo ou de outro, se relacionam com temas sobre os quais tratamos nas 28 outras edições. São temas que também aparecem nos grandes meios de comunicação, mas que aqui são contados de outra forma, sob outro olhar. E é bom terminar 2012 com mais uma edição, porque a equipe da revista bem que gostaria de garantir a periodicidade da publicação, de dois em dois meses. Mas não dá para prometer isso.

Assunto é o que não falta, mas a *Pobres* sai quando é possível. E, como escreve a jornalista Elaine Tavares, procuramos oferecer um conteúdo que leve à crítica desta sociedade e à transformação. Está também visceralmente vinculada à nossa proposta editorial a ideia de que a palavra rebelde, criadora, subversiva precisa de espaço para se expressar. Por isso a revista se faz de um jeito aparentemente errático. Não é que a linha editorial seja confusa ou amadora. É porque faz parte do conceito editorial ser um espaço livre das palavras de quem não tem ainda onde clamar.

Em novembro, a revista *Veja* publicou reportagem racista e preconceituosa sobre o povo Kaiowá e Guarani. A Aty Guasu Guarani e Kaiowá e a Comissão de Professores Guarani e Kaiowá estão exigindo direito de resposta aos Guarani e Kaiowá. Vale conhecer um trecho da carta escrita pela Comissão:

“Os jornalistas precisam estudar mais um pouco. Conhecer o que é índio, o que é cultura, o que é tradição, o que é história, o que é língua, o que é Bem-Viver. A terra, para nós, é o nosso maior bem viver, coisa que ainda a imprensa não entendeu muito bem. Não entendeu que é possível escrever coisa boa sem prejudicar.

O povo pobre não tem acesso à imprensa, quem tem são os latifundiários e os empresários. São eles que comandam. Nós somos brasileiros, somos filhos da terra. É preciso valorizar todas as culturas, o que a imprensa não faz. Mas precisava fazer.

O direito à terra é um direito conquistado pelo povo brasileiro que precisa ser cumprido. E é possível fazer essa luta com solidariedade, com amor, com carinho, que é a competência do ser humano. Não é com maldade, como fez essa reportagem.

A matéria quer colocar um povo contra outro povo. Quer colocar os não-índios contra os índios. Essa matéria não educa e desmotiva. Ao invés de dar vida, ela traz a morte. Porque a escrita, quando você escreve errado, também mata um povo”.

Aqui na *Pobres & Nojentas*, é isso o que esperamos: que a escrita esteja sempre a favor da vida.

P&N tem Boletim Eletrônico

Cadastre seu e-mail em revistapobresenojentas@gmail.com para receber o resumo das notícias, reportagens, crônicas e artigos, além da agenda do movimento sindical e popular.

P&N no Facebook

Pobres E Nojentas

P&N no Twitter

www.twitter.com/pobresenojentas

P&N no You Tube

<http://br.youtube.com/PobresyNojentas>

Blog da P&N teórica

<http://revistapobresenojentas.wordpress.com>

Blog da P&N

<http://pobresenojentas.blogspot.com>

Condenados por lutar

Texto e fotos: Elaine Tavares, de Florianópolis

Elke Dêbiasi é uma mulher jovem, bonita, ponderada, com certa doçura no jeito de se expressar. Mas, que ninguém se engane, quando precisa ela vira fera, seja para defender seus direitos ou proteger a filha de 11 anos. Foi guerreira durante toda a faculdade, feita na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tão logo entrou no curso de História, percebeu que aquela universidade não podia ser como era. E começou a luta por uma Universidade Popular. Antenada, passou a militar num grupo organizado, percebendo que só no coletivo as coisas mudam de fato. Passou pelo Centro

Acadêmico e logo estava no Diretório Central dos Estudantes, disposta a fazer uma universidade nova. Assim, esteve presente em todas as lutas que aconteceram nos anos de universidade. Um desses anos, em particular, mudou sua vida. Foi o de 2005. Nele ela iria se encontrar com a difícil condição de ser considerada uma "criminosa social", com todas as implicações que isso pode trazer a alguém.

O ano de 2005 foi intenso na UFSC. Primeiro foram os estudantes que começaram uma luta renhida pela melhoria das chamadas bolsas-treinamento. Naqueles dias, a UFSC



pagava 250,00 e o aluno era obrigado a cumprir uma jornada de quatro horas diárias. Nela, em vez de estudar ou fazer pesquisa, os estudantes atuavam como trabalhadores técnico-administrativos. Esse tipo de bolsa já vinha sendo questionada inclusive pelo Ministério Público, que orientava um ajuste de conduta havia sete anos. Assim, naquele ano, a indignação chegou ao auge, gerando, inclusive, duas greves de bolsistas.

Era o mês de junho, as negociações não avançavam, o Conselho Universitário não se decidia a aumentar o valor da bolsa e os estudantes decidiram então por um ato radical: ocupar a reitoria. E foi o que fizeram. A movimentação garantiu que o Conselho decidisse finalmente o assunto. Os estudantes não queriam apenas aumento do valor, mas também mudanças no sistema. A bolsa de estudos tinha de ser para estudar e deveria durar o tempo todo do curso, garantindo assim a permanência do aluno, sem a necessidade de renovação a cada semestre. Nesse processo, eles conseguiram o apoio irrestrito dos trabalhadores, que também já vinham denunciando o uso do aluno como um tapa-buraco para os problemas administrativos.

Foi decidido então que seria criada uma comissão envolvendo estudantes, professores, técnicos e representantes da reitoria para discutirem uma nova proposta para as bolsas. Elke Debiazi representava os estudantes no Conselho Universitário e fez parte da comissão, assim como José de Assis pelos técnicos, Roselane Neckel pelos professores, Corina Espíndola pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e a professora Olga pelo Curso de Direito.

No meio dessa batalha estudantil, os trabalhadores e professores também iniciaram as suas, aderindo a uma greve nacional das duas categorias no mês de agosto e, desde aí, a universidade mergulhou totalmente na luta, com as três categorias envolvidas, cada uma com suas especificidades.

Não foi sem razão que, quando finalmente o Conselho Universitário chamou para discutir a proposta que havia sido construída pela comissão, todos exigissem uma reunião aberta, afinal, cada uma das categorias tinha interesse em que a questão das bolsas fosse resolvida, assim como esperavam que o Conselho se manifestasse sobre as pautas locais de greve. Foram dias de negociação e quatro reuniões fechadas até que o Conselho decidiu aceitar uma reunião aberta para o dia 18 de agosto, na qual seriam discutidas as demandas dos professores, dos técnicos e dos estudantes. E foi com a esperança de um acordo que o auditório da reitoria se encheu naquele dia. Mas, entre os conselheiros, o que se armava era uma vingança contra os estudantes, pois ninguém ainda havia engolido a ocupação do mês de junho.

A reunião começou tensa e o primeiro tema foi o das bolsas. A comissão apresentou seus estudos e a proposta de um valor de 330 reais, mais a garantia de que a bolsa seria

para vincular o aluno a um projeto de pesquisa e não mais ao trabalho técnico. Tudo isso já tinha sido discutido com a reitoria e havia um acordo firmado para a aprovação. Mas, quando o tema se encaminhava para a votação, um dos conselheiros, Osni Jacó, do Centro de Desportos, alegou que não estava esclarecido e que por isso o Conselho não poderia votar. O mundo veio abaixo. No auditório havia quase 500 pessoas, estava lotado. O acordo já estava fechado e atitude do conselheiro inviabilizava tudo. Foi aí que alguém puxou uma palavra de ordem: “ai, ai, ai, ninguém entra, ninguém sai”. As pessoas foram fechando as portas e exigindo que a votação acontecesse. Eram nove horas da manhã.

Com a confusão criada pelo professor Osni, os conselheiros decidiram desfazer a mesa e encerrar a reunião, mas os estudantes, professores e técnicos tomaram o microfone e passaram a fazer o debate. Ninguém se atrevia a sair. Lá fora, os trabalhadores da segurança da UFSC trancavam as portas e não deixavam ninguém mais entrar. Havia um impasse. As horas passavam e nada se resolvia. Foi só às cinco horas da tarde que o então reitor Lúcio Botelho decidiu aprovar *ad referendum* o aumento do valor das bolsas. Mas, nessa hora, a Polícia Federal já tinha sido chamada para “evacuar” a reitoria. Acordo fechado, todo mundo saiu festejando vitória. Mas aquele seria um dia que não terminaria ali.

Criminalização da luta

Poucas semanas depois estudantes e técnicos tiveram o troco. A reitoria instituiu um processo administrativo para investigar o que eles configuraram como “sequestro do reitor”. Como os conselheiros tinham ficado no auditório das 9 às 17h, denunciaram o ato como “cárcere privado”. A partir daí começou o terrorismo. Das quase 500 pessoas que estavam na reunião do conselho, a administração decidiu apontar 22 estudantes e quatro técnicos como os que lideraram e fomentaram o tal “sequestro”. Uma dessas estudantes era Elke Debiazi. Durante os “interrogatórios”, muitos deles eram ameaçados com a possibilidade de não terminarem o curso e, no caso dos trabalhadores, de demissão, a não ser que entregassem os “cabeças” do “crime”. Para os envolvidos, aquilo era surreal. Não houvera sequestro, não havia “cabeças”, mas um ato político de luta pela aprovação daquilo que já estava acordado. O professor que provocou o tumulto nunca foi indiciado por nada. Mas aquele era um tempo em que os estudantes estavam sendo vistos como um “câncer social” em Florianópolis já que no ano anterior, 2004, também haviam protagonizado a Revolta da Catraca, contra os aumentos das tarifas de ônibus. Assim, era preciso uma punição exemplar.

O processo administrativo dentro da UFSC seguiu pelo ano de 2006, mas a história não acabaria aí. Naquele ano,

17 estudantes e dois técnicos foram chamados para depor num processo que havia sido instituído pela Polícia Federal, também com a acusação de sequestro e cárcere privado. A abertura do inquérito na Polícia Federal tinha sido uma iniciativa do então reitor da UFSC, Lúcio Botelho, e do vice-reitor Ariovaldo Bolzan.

Durante todo esse período, a direção do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (Sintufsc) atuou no sentido de proteger todos os envolvidos, convocou reunião com todo o movimento social para discutir a criminalização e garantiu que um advogado acompanhasse o caso. O tempo passou e, em 2008, assumiu um novo reitor. Novas lutas foram travadas no sentido de arquivar o processo administrativo para que os estudantes não tivessem sua vida acadêmica atrapalhada. Foram necessárias muitas lutas e manifestações para que isso acontecesse, até que se conseguiu. Não por ação do reitor, mas por inação. O processo se extinguiu.

Já o inquérito da Polícia Federal seguia sem trégua. Mais estudantes foram chamados a depor, somando 22. Em 2009 mudou o grupo que dirigia o Sintufsc e o assunto dos estudantes ficou esquecido. O tempo passara, muitas outras coisas foram acontecendo, greves, lutas, e o pequeno grupo que respondia ao inquérito foi sendo esquecido, não só pelo Sintufsc como pelo próprio movimento social. "Foram anos difíceis, a vida da gente ficou em suspenso. Sabíamos que a qualquer momento poderíamos receber um duro golpe. Não tínhamos mais força política, não havíamos conseguido manter a campanha efetiva pelo arquivamento do processo", lembra Elke.

O fato é que o Ministério Público Federal ofereceu denúncia e foi instaurado um processo penal. Nele, o então reitor e o vice figuram como testemunhas contra os estudantes, assim como os delegados da Polícia Federal Ildo Raimundo da Rosa e Jessé Ferry, os técnicos Nader Ingrassio Gharib, Gilson Pires e Corina Martins Espíndola, e os professores Eunice Sueli Nodari e Osni Jacó da Silva. Os 22 estudantes estavam então indiciados como réus num processo criminal. Elke recorda: "Também tivemos muitos problemas com a assessoria jurídica. A advogada conseguida pelo sindicato cuidou por um tempo, alguns, que podiam, buscaram assessoria individual. A maioria buscou discutir alternativas coletivas e no final



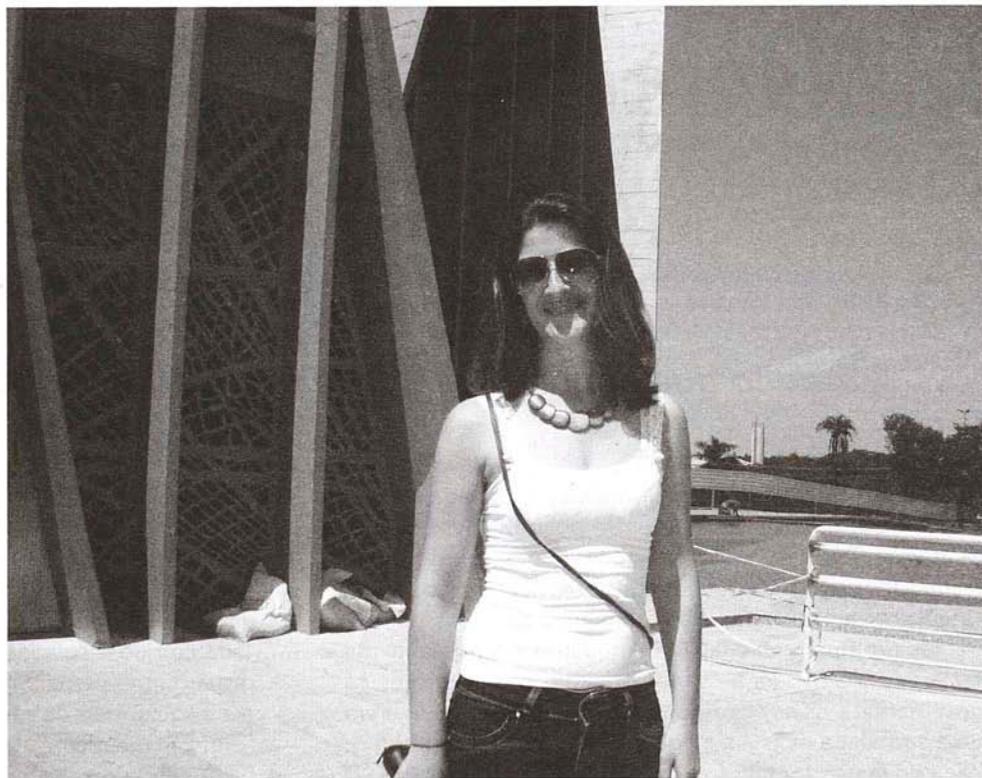
acabamos contratando um advogado. Esse várias vezes nos alertou de que era muito provável a condenação de pelo menos alguns dos envolvidos. A punição serviria de exemplo aos demais estudantes que ousassem lutar. De qualquer modo, desconhecíamos o conteúdo das fitas que constavam nos autos do processo, o que tornava muito frágil qualquer possibilidade de defesa".

Cada um dos estudantes viveu então mais um período de terrorismo mental. E o que se articulava era um acordo: eles assumiam a culpa, pagavam cada um a quantia de mil reais para a Justiça, ficavam obrigados a – de três em três meses – informar ao delegado sobre o que estavam fazendo e onde estavam morando e não podiam ausentar-se do estado sem autorização do juiz. Era uma espécie de liberdade condicional que duraria por dois anos. A vantagem é que eles teriam a ficha limpa. "A gente estava muito confuso e fragilizado. O nosso advogado nem conhecia bem o processo e defendia a ideia do acordo. Nossas vidas estavam em suspenso, já haviam se passado cinco anos, estávamos sozinhos nessa luta".

Por conta de todas essas fragilidades, quando chegou maio de 2010 a maioria dos estudantes decidiu assinar o acordo. Não via mais saída. Apenas três deles não aceitaram, mas mesmo assim estiveram presentes no ato de assinatura para fortalecer os colegas. "Foi um dia muito triste, porque sabíamos, inclusive, que um dos colegas havia dado o nome

dos que tinham militância em grupos organizados, como se esses fossem os 'culpados' pelo que havia acontecido. Ficamos muito revoltados, decepcionados. Saímos dali com um tremendo sentimento de impotência. Tudo aquilo fora um grande prejuízo na nossa vida e poderia ter sido diferente”.

Elke não cita o nome do colega, mas, numa visita aos documentos do processo, é possível encontrar, nas folhas 236, 237 e 238, nas quais está registrado o depoimento de RPS. Ele diz: “que o bloqueio da entrada e saída de pessoas durante a reunião, já havia sido tramado anteriormente por dois grupos estudantis existentes na UFSC”, e segue citando o nome de vários deles, inclusive o de Elke. Ou seja, não só ligou alguns dos colegas a grupos organizados como levantou a suspeita sobre a possível ideia de “sequestro” dos membros do conselho. A descoberta desse depoimento deixou o grupo em profunda tristeza.



Resultados da luta

Depois de assinarem o acordo, os estudantes precisaram de mais um período de batalha. Havia uma dívida de 20 mil reais para ser quitada. Cada um deveria pagar mil reais, conforme o acordo. Então, eles organizaram festas, fizeram bingos, passaram o chapéu nos sindicatos. Mas ainda ficou um “carnê das casas Bahia” para saldar. Não foi um tempo fácil. Cada um deles estava reorganizando a vida, buscando trabalho. “Naqueles dias a gente se sentia um pouco abandonado. Tínhamos feito uma grande luta coletiva, mas na hora de enfrentar a justiça ficamos muito sozinhos. A gente não se lamentava, tocava a vida”.

Mesmo com toda aflição de um processo por sequestro nas costas, Elke seguiu seu caminho. “Não tinha arrependimento sobre o que se passara, era o certo a fazer, e o que aconteceu foi até um motivo a mais para ir em frente, rever prioridades. Nesse período eu terminei o curso, fiz um mestrado e estava mergulhada no trabalho”.

A luta de Elke, assim como a dos demais 21 estudantes criminalizados naquele ano de 2005, não foi em vão. Por conta de todo o processo de luta, que envolveu as greves de

bolsistas, ocupação da reitoria e ocupação do Conselho, o sistema de bolsas mudou. A bolsa-treinamento foi extinta e instituiu-se a bolsa-permanência, com um valor maior e com a regra de que o estudante esteja ligado a uma pesquisa. Essa era a proposta da comissão que foi interrompida pelo professor Osni naquele triste dia em que os estudantes foram acusados de sequestro. “Por isso eu acredito que faria tudo de novo. O que fizemos foi o certo. Havia uma comissão, havia um acordo. Nós queríamos resposta da reitoria de um processo que já durava um ano, com reuniões nos Centros Acadêmicos. A gente só queria garantir que os estudantes carentes pudessem permanecer na universidade. E isso nós conseguimos”, diz Elke. O custo foi alto, mas essa é uma verdade incontestável. Hoje, na UFSC, a permanência digna daqueles que têm menos condições econômicas só é real por conta da luta desses estudantes.

Os outros estudantes que se recusaram a assinar o acordo seguem respondendo pelo que a justiça chama de “crime”. Na época eles alegavam que uma questão política não podia ser tratada como um crime. Para eles, aquilo era uma tentativa clara de intimidação e criminalização de movimentos sociais e havia a necessidade de uma resposta à altura para isso. Com as novas demandas do movimento popular o caso foi sendo esquecido e hoje, cada um deles segue, sozinho, fazendo a luta contra mais essa arbitrariedade.

Repressão não substitui educação

Texto e fotos: Marcela Cornelli e Livia Monte,
de São Pedro de Alcântara

"Aquilo que o mundo me pede não é o que o mundo me dá".

Gabriel O Pensador

Uma das facetas do capitalismo e da sociedade em que vivemos é a guerra instalada entre policiais e traficantes. Mortes, represálias e violência. Todos vítimas de um sistema falido. Onde a vida não é prioridade para nenhum dos lados. Onde policiais morrem, mas também morrem os pobres/negros do morro, das favelas. Enquanto quem realmente tem poder de mandar nesse verdadeiro circo de horrores, os governantes e os donos do capital, que poderiam pensar em uma sociedade mais justa, igualitária e melhor para todos, nada ou pouco fazem.

Na maioria das vezes pacotes antiviolação são baixados de emergência trazendo mais repressão, como é o caso das UPPS (Unidades de Polícia Pacificadora), que servem para reprimir e intimidar somente a população empobrecida, visando passar uma imagem "limpa" e bonita do país em tempos de megaeventos. Repressão não substitui educação.

Um dos fatos mais recentes envolvendo questões de segurança pública no Estado de Santa Catarina traz consigo denúncias de famílias dos presos da penitenciária de São Pedro de Alcântara. O Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, como é chamado, vem se reunindo quase todos os dias em vigília em frente à Penitenciária para chamar a atenção para abusos cometidos contra os presos. O clima de tensão teria se acirrado depois da morte de uma agente penitenciária no dia 26 de outubro, mulher do então diretor da Penitenciária de São Pedro de Alcântara, Carlos Alves, que pediu afastamento.

Esposas dos presos denunciam que os detentos vêm sofrendo torturas desde então. Além disso, as visitas foram suspensas e as revistas às mulheres dos presos teriam sido realizadas de forma abusiva. Segundo elas, uma lanterna teria sido introduzida na genitália de uma das mulheres. Além disso, já estão acostumadas, segundo ela, a ficarem sem roupa agachadas e fazendo força várias vezes para ver se sai algo de dentro delas. Elas relatam as histórias com uma naturalidade

de quem já se conformou a passar por tudo isso.

Mas foi no dia 7 de novembro que a situação teria se tornado mais grave, quando um dos detentos parece ter imobilizado um agente prisional, tomando sua arma e disparado a munição de balas de borracha contra o chão. Em seguida, teria corrido e se agachado no corredor. O agente, então, disparou três vezes contra o detento. Familiares teriam visto o preso coberto de sangue e pedindo por ajuda, dizendo: "eles vão me matar, eles vão me matar".

As autoridades afirmam que se tratou de um fato isolado, uma tentativa de motim que foi "exemplarmente" controlada pelas forças de segurança internas da penitenciária. Um vídeo divulgado no dia 13 de novembro, gravado no celular de um preso, como informa a reportagem que foi ao ar ao meio-dia no jornal da RBS TV, mostrava o diretor da penitenciária entrando à frente nas celas dos presos com armas de bala de borracha, atirando, e mais agentes atrás. O diretor, segundo a matéria veiculada, dizia que queria saber quem tinha matado a sua mulher.

Denúncias de torturas

As Brigadas Populares de Santa Catarina, que estão acompanhando a situação junto às famílias dos presos, em nota divulgada, questionam "em que circunstâncias um agente encontrou-se sozinho, com uma arma de grosso calibre, em uma cela com um detento. Esse comportamento atípico não poderia evidenciar que algo extraordinário estivesse acontecendo naquele momento? Muitos detentos mostravam sinais de lesões dos dedos das mãos, isso dentro da cadeia é sinal de que o detento recebeu golpes de cima para baixo dirigidos à região da cabeça, a qual eles protegem com as mãos. É possível que esse ato impensado do detento seja mais uma evidência da possibilidade de espancamentos coletivos e de aplicação de torturas".



O Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade também se reúne aos domingos em frente a um bar/restaurante no pé do morro da penitenciária em São Pedro de Alcântara. Na pauta discutem geralmente questões como denúncia de torturas, revista vexatória e maus tratos. Também está sendo discutida a construção do Conselho da Comunidade, que terá o poder de fiscalização no presídio.

“A luta que se está travando aqui não é uma só, ela envolve muitas questões sociais e de organização da classe trabalhadora. Eles (o governo) sabem que estamos aqui organizados no pé do morro da penitenciária e estamos alertas para qualquer abuso que aconteça”, diz Allan Kenji Seki, da Frente Anti-Prisional das Brigadas Populares de Santa Catarina.

“Não é porque a pessoa cometeu um erro ou é suspeito que ele tem que levar pau. É preciso parar de aceitar a verdade

deles. Não se pode aceitar que o estado oprima”, diz Elson José Porto, morador local e apoiador do Grupo.

As esposas dos presos contam que dias antes de as visitas não serem mais permitidas, no dia 7 de novembro, elas teriam que passar por um “banco” para detectar se estavam carregando algo e que estaria desregulado e “apitava” a toda hora. E mesmo solicitando que fosse realizado um exame no IGP (Instituto Geral de Perícias) mais detalhado para garantir a visita, lhes era negado e dito que não havia agentes para levá-las ao IGP e por isso a entrada era “automaticamente” negada.

“O banco é desculpa. Uma maneira de penalizar os presos. Até as crianças estão sendo revistas. Pedi pra ser levada então para o IGP e fazer os exames, mas não levaram. Disseram que não tinha efetivo”, afirmou Ana Gabriela Dal Paz, 27 anos.

Kamancalli Matos, 26 anos, também mulher de um dos presos, contou: “Quando entrei para a visita vi um preso machucado lá. Ele pediu socorro”. Kamancalli teve sua carteirinha de identificação apreendida quando parou na frente do preso para ver o que estava acontecendo. Sem a carteirinha ela ficou impedida de entrar na penitenciária.

“Não sabemos até quando vai durar esta falta de informações, sem as visitas”, lamenta Katrin Grazielle Pereira, 22 anos, mulher de um dos presos. “Falaram em 30 presos lá dentro baleados”, disse Luciana de Fátima Neckel, 29 anos.

Uma primeira inspeção no presídio, para verificar as denúncias, foi realizada no dia 8 de novembro pelo Juiz da Vara de Execuções Penais de São José, junto ao advogado do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, e acompanhados pelo diretor Carlos Alves. Porém, tal inspeção foi insatisfatória porque só foi permitido aos inspetores verificar sete presos.

Após a divulgação de um vídeo, gravado pelos próprios

presos, mostrando o envolvimento do diretor e também por pressão dos familiares, que permanecem acampados em São Pedro de Alcântara, no dia 13 de novembro foi realizada nova inspeção, na qual esteve presente novamente o juiz da Vara de Execuções Penais de São José, mais representantes do Ministério Público, da Corregedoria do Tribunal de Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto Geral de Perícias e Polícia Civil.

Durante os procedimentos, os familiares fizeram protestos pacíficos e vibravam cada vez que carros escoltados saíam em direção ao Hospital Santa Tereza, onde estavam sendo realizados os exames de corpo de delito. Os gritos e cantos de justiça eram entoados com fervor.

- “Família unida jamais será vencida”.

- “Ô diretor, você está onde, você tortura e o DEAP esconde”.

- “Chega de opressão, queremos solução”.

Um inquérito foi aberto na penitenciária para apurar as agressões contra os presos.



Famílias denunciam maus tratos e tortura na penitenciária

Luta por terra e dignidade

Texto: Marcela Cornelli, de São José

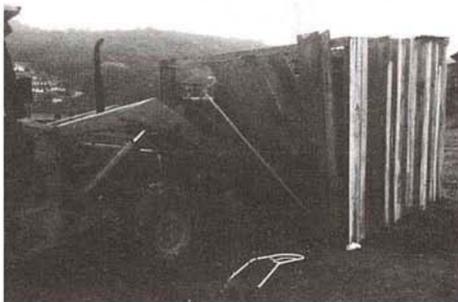
Fotos: Marcela Cornelli, Livia Monte, Osiris Duarte e acervo da comunidade

*“Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Ainda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria”
Chico Buarque*

Um canteiro de sonhos plantados e brutalmente arancados. Assim parecia o terreno, dias após uma ocupação, localizado no bairro José Nitro, no município de São José. Um monte de entulho resumiu os sonhos das cerca de 200 famílias que ocuparam o terreno e foram brutalmente retiradas do local no dia 10 de outubro.

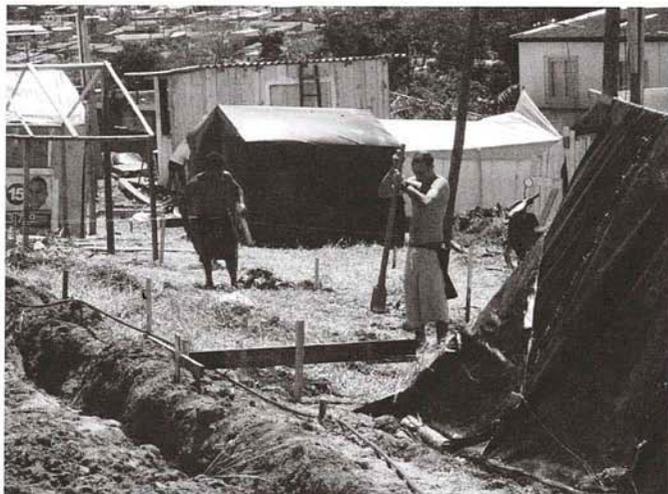
Tudo começou na noite de quarta-feira, 3 de outubro. Segundo relato das famílias, houve uma reunião na Igreja da Assembleia de Deus do bairro, onde estiveram presentes o prefeito de São José e então candidato à reeleição Djalma Berger; o vereador e também candidato à reeleição Sanderson de Jesus, um fotógrafo da campanha e algumas famílias da região. As famílias foram incentivadas por Djalma Berger (coligação São José pra nossa Gente - PRB/PDT/PT/PMDB/PR/PSDC/PHS/PMN/PTC/PV/PRP/PPL/PCdoB/PTdoB) a ocupar o terreno da Imobiliária Suvec Ltda. O candidato a prefeito garantiu que o terreno seria desapropriado pela prefeitura e assinou o Decreto nº 37.180/2012, de 21 de setembro de 2012, que trata da desapropriação do local.

Logo após a reunião, cerca de 200 famílias ocuparam o terreno, construindo barracos no local. Segundo informações



divulgadas pela Frente da Reforma Urbana das Brigadas Populares de Santa Catarina, muitas famílias entregaram as casas nas quais viviam de aluguel, se endividaram gastando suas poucas economias para comprar madeira e construir as casinhas no terreno ocupado, com o objetivo de conquistar o sonho da casa própria, prometido pelo prefeito.

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense



Na noite de 4 de outubro, de acordo com as famílias, houve um comício em uma quadra de esportes localizada na Avenida das Torres, próximo ao terreno ocupado. Estavam presentes o prefeito de Florianópolis, Dário Berger, o candidato a vice-prefeito de São José, Padre Círio Vandresen, o candidato a vereador pelo PDT, Wallace Avanir de Souza (conhecido por Tetê), bem como as famílias da localidade.

No final do evento, o tema da ocupação foi tratado por Dário Berger. Ele reforçou a garantia dada por seu irmão Djalma e pediu às famílias que não deixassem mais gente entrar na ocupação. Disse que na segunda-feira seguinte, 8 de outubro (um dia após as eleições municipais), os moradores receberiam a visita de funcionários da prefeitura de São José para o cadastramento das casas e dos moradores.

Na sexta-feira, 5 de outubro, o decreto de desapropriação do terreno nº 37.180/2012 foi revogado – antes mesmo das eleições, que aconteceram no domingo. Ao contrário do que foi prometido, fiscais da prefeitura apareceram na segunda-feira rondando o terreno e ameaçando os moradores da ocupação com um despejo violento caso eles não deixassem o local.

A ameaça foi concretizada na quarta-feira, 10 de outubro, por volta de 7 horas, quando iniciou o despejo dos moradores. A presença de 210 policiais fortemente armados, helicóptero e máquinas retroescavadeiras para a destruição das moradias assustou os moradores, que não resistiram à ação.

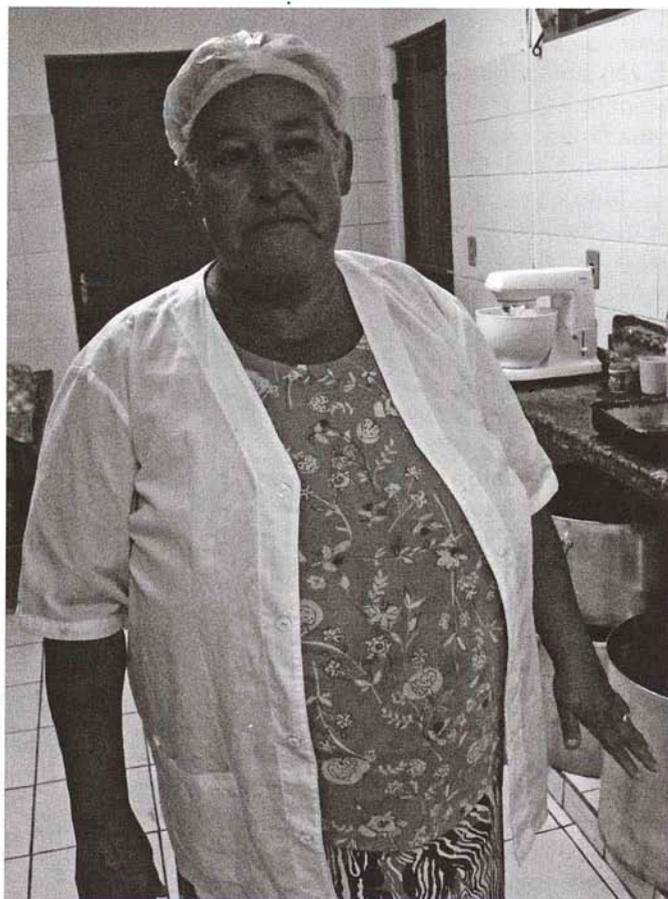
Despejadas e sem ter para onde ir, as famílias se abrigaram no ginásio Municipal Jardim Zanellato. Nilza Ana Cardoso, 24 anos, de Blumenau, uma das lideranças das famílias que estavam alojadas no ginásio na época, comentou que pagava aluguel de R\$ 450,00 em Biguaçu, porém estava desempregada e sem condições de pagar a moradia. “Prometeram fazer o cadastro em uma semana. Não teve

conversa, quando vimos as máquinas entrarem no terreno passando por cima de tudo. Tive muito medo, pavor. Helicópteros rondavam a área. Algumas famílias não foram para o ginásio, porque ficaram com medo dos policiais tirarem elas de lá também”.

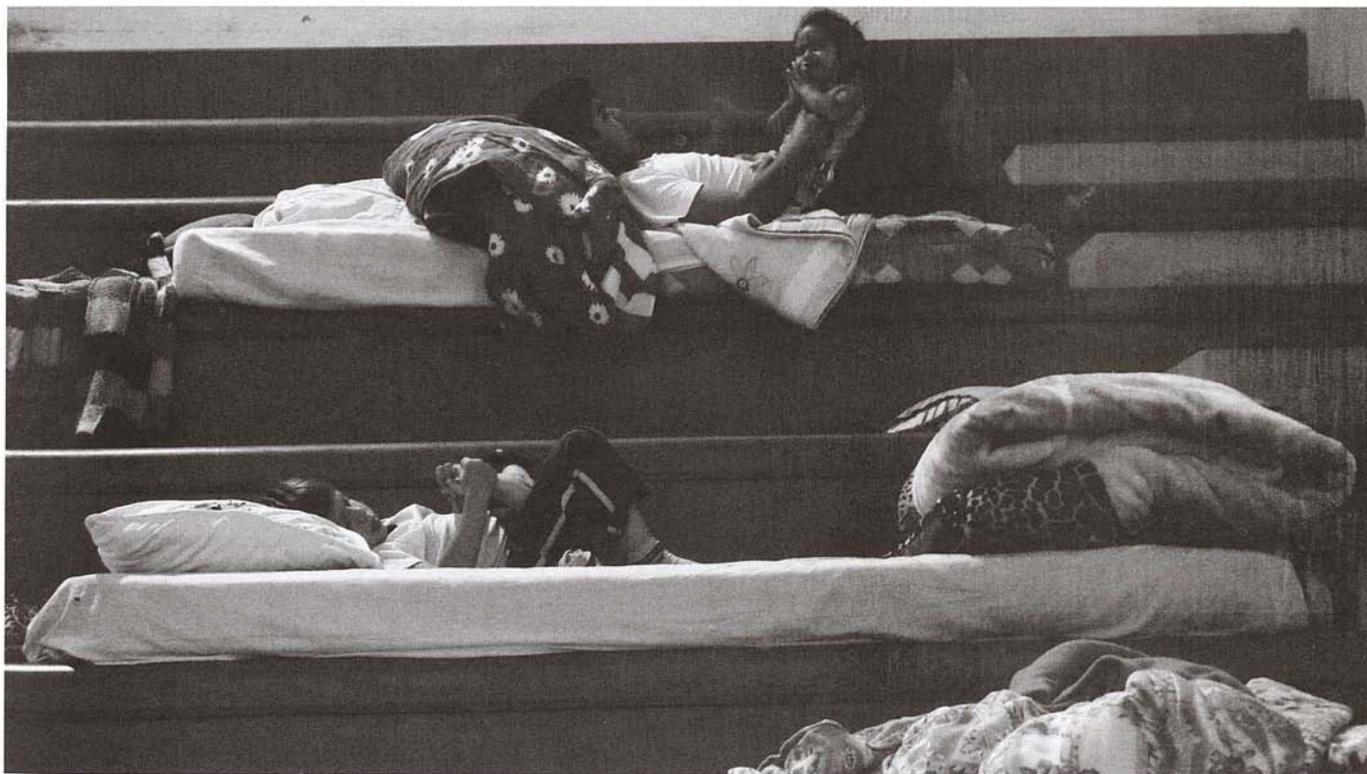
“Sonho com um pedacinho de chão próprio”. Juliana da Rosa, 30 anos, de Chapecó, que também morava de aluguel e com a promessa viu mais perto o sonho da casa própria.

Andressa Marques, 19 anos, e sua filha de dois aninhos também foram parar no ginásio. “Foi tudo muito rápido. Não deixaram tirar nossas coisas. Saímos só com a roupa do corpo. Eu tinha uma casinha de madeira, fogão e geladeira. Meu marido é pedreiro, mas estava desempregado”.

“Se é para morrer peleando, vamos morrer peleando”, diz Leonilda Dias da Luz, 57 anos, Dona Fia, como é conhecida por todos. Dona Fia é uma mãezona e no ginásio, onde também seus filhos estavam com as famílias desalojadas, ficava à frente da cozinha coletiva fazendo pão, cozinhando frango, arroz, entre outros alimentos. “Meus filhos, noras e genros estão desalojados, então vim para ajudar”.



Leonilda Dias da Luz, a Dona Fia: “Se é para morrer peleando, vamos morrer peleando”



Gislaine Martins Felisberto, 23 anos, grávida, na época, de seis meses, sem ter família ou para onde ir, também ficou alojada no ginásio, onde as famílias não tiveram apoio da prefeitura nem dos órgãos de assistência social e saúde, ficando no total abandono, não fosse ajuda de um grupo de apoio formado pelas Brigadas Populares, sindicatos e outros movimentos sociais. “Há cinco anos que eu monto o barraco no terreno e vem a polícia e tira. Estou desempregada. Meu marido trabalha como catador. Me deram passagens para voltar a Lages. Fui pra lá e dormi dois dias na rua. Era muito frio, então voltei pra cá”.

“Quando prometeram o terreno, saí do aluguel e comprei umas madeiras pra construir a casinha. Perdi tudo, as madeiras, as roupas, até os brinquedos do meu filho. Eu estava trabalhando de servente em uma obra quando fiquei sabendo que a polícia estava retirando as famílias. Saí correndo e acabei perdendo o emprego. Ali não tinha bandido. Vimos um sonho virar pesadelo”, disse Rodrigo Voltolini, 27 anos.

Jonathan Jaumont, da Frente pela Reforma Urbana das Brigadas Populares, contou: “Ficamos sabendo da ocupação pelo rádio e viemos ajudar. É preciso organizar as famílias que realmente precisam e realizar um trabalho social e político de organização popular pela luta por moradia. Sempre houve um déficit de habitação em São José e a ocupação deu visibilidade para o problema”.

O líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) de Santa Catarina, Domingos Fortuna, também se solidarizou com o movimento das famílias dos sem teto. Para ele, a situação é reflexo do êxodo rural. Ele chamou a atenção para o dado de que, nas décadas de 60/70, 70% da população vivia no campo e hoje, em 2012, 84% da população vive nas cidades. “As pessoas vêm em busca de uma vida melhor, mais fácil, mas é uma enganação do Estado, da mídia, que fazem propaganda da cidade, mas quando chegam aqui vão morar nos bolsões de pobreza. A política do governo federal, que beneficia o agronegócio, deixando de lado a agricultura familiar, incentiva as pessoas a virem para a cidade”.

Domingos também faz críticas ao Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, por este não atender às demandas de famílias entre 0 a 3 salários mínimos por não dar lucro para as empreiteiras.

Ezequiel Dias, 23 anos, natural de São Miguel do Oeste, lembra que estava chovendo e que teve que deixar tudo para trás, tirando sua esposa e os três filhos do local. “Nossa luta não pode parar”. É preciso continuar a luta por moradia para as famílias de José Nitro e de outras famílias que precisam de habitação. Com as denúncias, o Ministério Público abriu uma ação de investigação judicial eleitoral contra Djalma Berger por crime eleitoral.

E o Contestado renasce ...

Na madrugada do dia 7 de novembro, após 28 dias alojadas no ginásio de esportes, cansadas do descaso e abandono do poder público, as famílias da comunidade José Nitro ocuparam um novo terreno na Rua Eduardo Manoel da Rosa, em São José. A área fica no Loteamento Araucária, a algumas quadras do ginásio. Ali chamaram de Ocupação do Contestado e, com apoio de movimentos como as Brigadas Populares – Frente da Reforma Urbana – do Movimento dos Sem terra (MST) e do coletivo anarquista Bandeira Negra, além de outros ativistas de movimentos sociais, eles plantaram novamente seus sonhos.

Esta ocupação é um dos exemplos da luta por moradia em Florianópolis que está só começando a se reorganizar. Muitas comunidades, como a Chico Mendes, no Continente, Vila do Arvoredo, no norte da Ilha, Panaia, no Sul, entre outras, são ocupações que há anos resistem à fome voraz do capital imobiliário na Grande Florianópolis. A luta por moradia digna deve ser de todos nós! Há que se construir uma outra cidade possível.

No dia 3 de novembro as famílias despejadas do José Nitro participaram de uma reunião juntamente com famílias que moram em ocupações e áreas de risco em Florianópolis. No encontro, realizado no auditório do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina, foram debatidas questões como moradia digna para todos, regularização fundiária e função social da propriedade.

O encontro construiu uma rede de apoio ao Movimeto do Sem Teto e pela luta por moradia na cidade. Também participaram do evento lideranças de movimentos sociais, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), membros das Brigadas Populares, do DCE da UFSC, do Coletivo Anarquista Bandeira Negra, da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco), professores universitários, estudantes, assistentes sociais, jornalistas, arquitetos e urbanistas, integrantes do Movimento Sem Terra em Santa Catarina, do Conselho de Associações de Moradores do Monte Cristo (Camocris), assessoria jurídica popular como a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares, projeto Universidade Sem Muros, Sintrajusc, Sindprevs/SC, CUT, CSP-Conlutas, Revista Pobres & Nojentas e Portal Desacato, entre outras entidades.



Encontro discute reestruturação do Movimento dos Sem Teto em Florianópolis.



Mais de 50 moradores representaram diferentes regiões e comunidades da Grande Florianópolis como Vila do Arvoredo, Papaquara, Nova Esperança, Panaia, Caieira do Saco dos Limões, Mont Serrat, Maciço do Morro da Cruz e Monte Cristo.

Para o professor Lino Peres, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC e vereador eleito pelo PT, "os projetos de habitação previstos no Plano Diretor da Cidade não são voltados para as famílias de baixa renda e a população pobre está sendo expulsa da Ilha. É preciso lutar pela aprovação do Plano Diretor debatido nas comunidades e não o Plano Diretor que a Prefeitura quer impor".

O líder comunitário da Vila do Arvoredo, no Norte da Ilha, Nivaldo Araújo da Silva, criticou a política do governo federal para a habitação, como o projeto Minha Casa, Minha Vida, que não atende famílias de 0 a 3 salários mínimos. Nivaldo apontou que somente na região Norte, há mais de 270 famílias vivendo em ocupações de áreas de risco ou precárias, sendo 51 no Morro do Caçador, 13 no Cartódromo, 36 no Papaquara, 168 na Vila do Arvoredo e seis na Vila União.

Ruy Antônio Pires Alves, líder comunitário no Maciço do Morro da Cruz, fez duras críticas à falta do controle social nas obras do PAC (Plano de Aceleração de Crescimento) que estão sendo realizadas para habitação no Maciço. "As moradias estão sendo construídas de forma precária, com materiais de baixa qualidade", alertou. Na opinião de Ruy, outro problema é o aluguel social, que acaba acomodando e impedindo a organização e a luta das famílias. As críticas também foram voltadas para o governo estadual, que não investe em moradia popular, contribuindo ainda mais para o aumento do problema.

Entre as deliberações do encontro estão realizar um mapeamento de terrenos e prédios abandonados na cidade, divulgar, através de jornais e boletins, a luta por moradia, aumentar e fortalecer a rede de apoio ao Movimento dos Sem Teto para reorganizar a luta na Grande Florianópolis, realizar uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado para discutir a situação das famílias do Jardim Zanelatto (a audiência foi realizada no dia 19 de novembro) e realizar um próximo encontro ainda este ano, em 8 de dezembro, na UFSC.

Cesar Souza Jr. vem aí... E aí?

Texto: Elaine Tavares, de Florianópolis

Foto: Osíris Duarte

A cidade de Florianópolis é vista como um lugar bastante conservador, e é. Principalmente na política. Apenas duas vezes provou a experiência de uma administração mais progressista. A primeira com Edson Andrino (PMDB - 1986 a 1988), logo após a ditadura militar, quando a população teve chance de participar dos projetos, começaram as eleições diretas nas escolas e foi criada uma política cultural com a Fundação Franklin Cascaes e o Conselho de Cultura. Depois, com Sérgio Grandó (Frente Popular/1993 a 1997), quando foi criado o orçamento participativo (iniciativa do vice, Afrânio Boppré, que era do PT), de ampla participação popular. Mas, logo depois, essa proposta foi derrotada por Angela Amin, do então PPB, hoje PP. Hoje, nem mesmo a vertiginosa migração, que faz com que a cidade comporte gente de todos os lugares, mudou essa cara conservadora. Na última eleição, por exemplo, venceu o candidato que representa a oligarquia que domina esse lugar desde sempre.

Por outro lado, as gentes não são ignorantes no que diz respeito ao que querem. O resultado das urnas deu uma resposta muito clara: as pessoas querem uma cidade mais acolhedora, com menos cimento, mais jardins e preservação da natureza. E o candidato vencedor fez um uso muito eficaz desse desejo. Só que essa vontade de uma cidade mais "humana" não se cristalizou unicamente no voto dos que apostaram no candidato do PSD. Ela apareceu, surpreendente, nos 14% que votaram no candidato do PSOL, Elson Pereira, que pautou sua campanha na denúncia do processo de destruição da cidade, apontando propostas viáveis, e acabou fazendo muito mais votos do que se esperava.

No segundo turno, o recado da população foi ainda mais incisivo. Entre a velha oligarquia e o PMDB que entregou a cidade aos empreiteiros, as gentes decidiram dar passo atrás, na tentativa de barrar o processo de crescimento desordenado na cidade. Uma aposta da consciência ingênua, mas, ainda assim, uma aposta em outra proposta de desenvolvimento, embora seja bem provável que nela os mais pobres continuem segregados.

Como sempre acontece, os eleitores perderam a memória do que foram os governos do casal Amin em Florianópolis.

Durante o mandato de Esperidião Amin e Bulcão Viana (1989 a 1993), a cidade viveu grandes e violentos despejos. Foi quando "limparam" a Via Expressa da presença dos pobres, quando as gentes das comunidades de Chico Mendes, Vila Aparecida, Monte Cristo tiveram de ocupar a prefeitura, Câmara de Vereadores e realizar tantas outras lutas para garantirem o direito de – apesar de serem empobrecidas – morarem na cidade em espaços nobres. Depois, nos dois mandatos de Angela Amin (1997 a 2005), os mais pobres também padeceram, principalmente os moradores de rua que tiveram o albergue Maria Rosa fechado, sofreram violências e alguns até foram misteriosamente assassinados. Isso sem falar da destruição da vida cultural que havia na Praça XV quando os artesãos foram removidos sob forte aparato policial e expulsos do lugar.

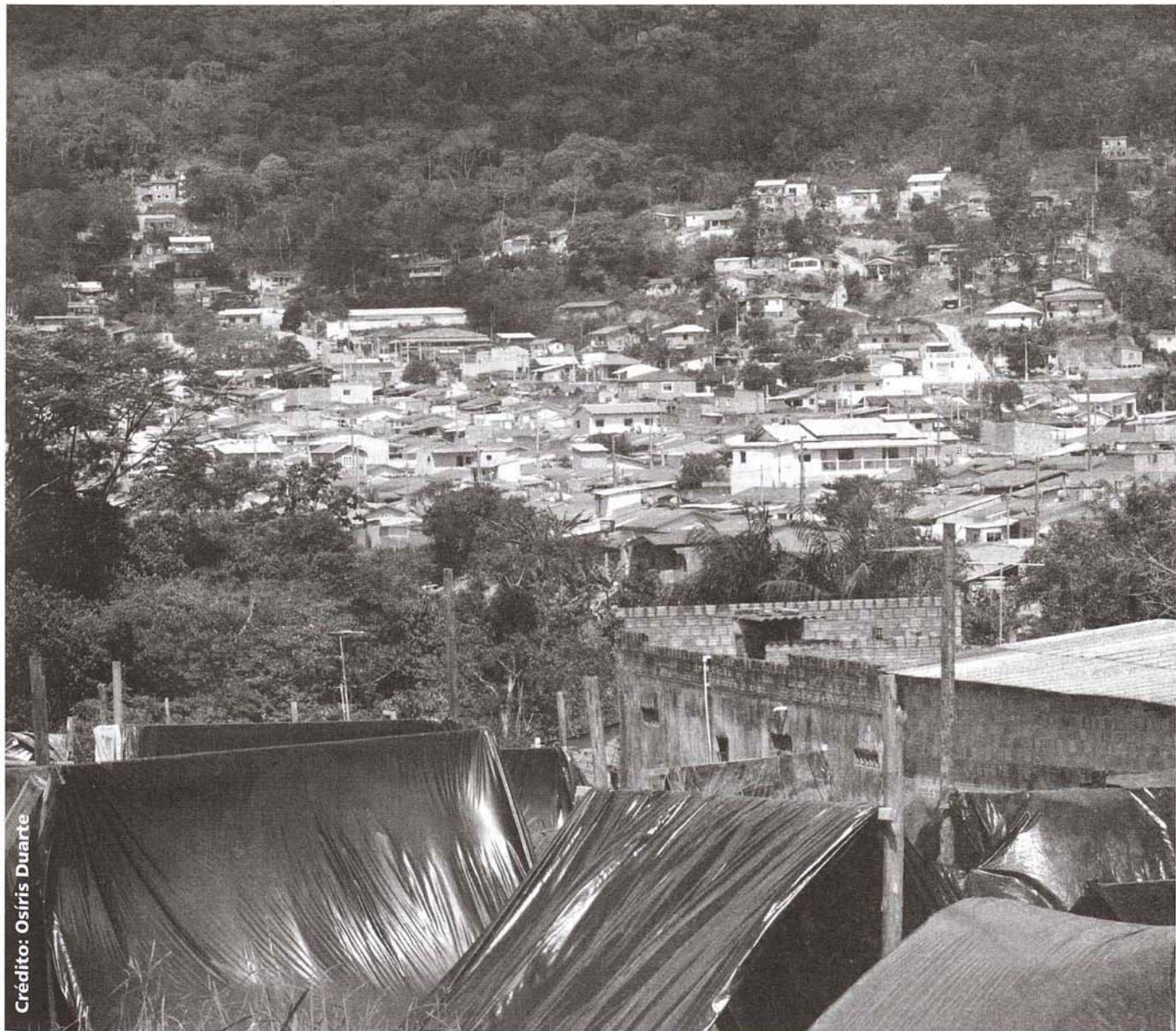
Assim, tendo como base o passado, é bem pouco provável que a situação mude. A cidade mais "humana" pode vir a ser mais humana só para alguns. Durante o processo eleitoral isso já ficou bem visível quando os candidatos ignoraram olímpicamente as demandas do movimento popular. Chamados para debate promovido pelo movimento dos sem-teto no norte da ilha, os candidatos Cesar, Gean e Angela Albino não compareceram. Chamados para outro debate organizado pelos movimentos sociais, os três igualmente ignoraram o convite. Era o sinal de que os mais pobres estavam definitivamente fora da agenda de qualquer um dos três que fosse prefeito da cidade. O que nos permite pensar que a pobreza continuará assim: fora da agenda.

Mas, como a vida é dialética, o povo excluído começa a se mexer. Das 64 áreas de periferia que a cidade tem, algumas já estão se levantando em luta, principalmente no quesito moradia. Comunidades como o Papaquara e Vila do Arvoredo, que ou já foram removidas ou estão em processo de remoção, têm protagonizado atos, caminhadas, protestos e insistem em fazer ouvir suas vozes. Querem ter o direito de morar na ilha, em lugares bons, assim como os ricos migrantes de São Paulo e de outros lugares que aportam em Florianópolis todos os dias, com a diferença de trazerem as carteiras recheadas.

O golpe legislativo

E é justamente a questão da moradia que tem causado quedas de braço entre os que mandam na cidade e as gentes empobrecidas. Ainda durante o processo eleitoral, a Câmara de Vereadores votou, no apagar das luzes do recesso pré-eleitoral, um bloco de alterações de zoneamento que mudará

radicalmente o perfil de alguns bairros da cidade. Nelas, o principal ponto em questão é o número de andares que podem ser construídos. Enquanto as comunidades, em cinco anos de discussões do Plano Diretor Participativo, definiram claramente que não querem a verticalização dos bairros, os vereadores que as representam fizeram ouvidos moucos e votaram pela alteração. O “golpe” não ficou sem resposta. Imediatamente as comunidades responderam com manifes-



Crédito: Osiris Duarte

Das 64 áreas de periferia que a cidade tem, algumas já estão se levantando em luta pelo direito à moradia

tações, protestos e ocupações da Câmara. Nada adiantou. Em Florianópolis os vereadores parecem não representar o povo.

Passada a eleição, os vereadores realizaram nova votação dos projetos de alteração, dessa vez um por um. Mas, de novo, enganaram a cidade. A sessão marcada para uma quarta-feira foi adiada na sessão de terça-feira e a votação se fez tarde da noite, com a Câmara vazia de gentes. Nos discursos dos vereadores estava estampada a tentativa de jogar os pobres contra os pobres. Dividir para reinar, lição tão antiga. Segundo eles, a proposta de elevação do número de andares era para atender ao projeto “Minha Casa, Minha Vida”, que se propõe a fazer moradia para famílias de baixa renda. A negativa dos movimentos sociais em permitir essa elevação era então colocada como um entrave ao bem-viver dos pobres. Nada mais demagógico e mentiroso.

Se qualquer pessoa tiver o bom senso de procurar pelas propostas que estão sendo defendidas pelo movimento social no Plano Diretor Participativo, vai ver que é justamente o contrário. A proposta popular, definida em cinco anos de reuniões e debates, não quer que sejam criados guetos nas comunidades, com os pobres concentrados em regiões periféricas dos bairros. Um exemplo disso é o Campeche. A proposta de apartamentos para o “Minha Casa, Minha Vida”, defendida pelos vereadores (que aprovaram a alteração), está concentrada na beira da SC-405, bem longe da praia e da parte urbanizada.

A proposta do movimento é totalmente diferente. O que está definido no traçado dos mapas é a integração de todos os patamares econômicos. Estão previstas áreas de moradia popular também perto do mar, no centrinho do bairro, enfim, espalhadas, para não causar segregação e muito menos a conurbação, que é a ocupação de todos os espaços, sem áreas de respiro para a natureza. E também não há nenhuma regra no projeto federal de que as moradias tenham que ser em prédios de quatro andares. Por que não apostar em projetos que levem em conta a cara do bairro, o modo de vida de cada comunidade? Por que não permitir que pessoas de baixa renda possam morar em espaços mais abertos, com natureza, horta e outros confortos ambientais? Por que ao pobre tem de estar reservado o cubículo? Essas são questões que os vereadores não quiseram responder.

E isso não foi ao acaso. É que os vereadores, na verdade, não estão se importando com os pobres. Eles querem elevar o número de andares para que outros projetos de condomínios de luxo possam se fazer. Defendem os interesses dos empreiteiros, das construtoras, das imobiliárias. O “Minha casa, Minha vida” foi só a forma que encontraram de jogar os pobres contra o movimento. Matavam assim dois coelhos com uma única paulada.

O Plano Diretor

Pois aí está um dos grandes desafios do novo prefeito. Tão logo passou a ressaca da vitória, Cesar Souza Jr. declarou na imprensa que a primeira coisa que vai resolver quando assumir é o Plano Diretor. Isso mostra que o próximo ano será de grandes embates. Ninguém sabe ainda qual é a proposta que o novo prefeito vai defender. Hoje, são duas concepções que estão colocadas na mesa. Uma é o projeto elaborado pela Fundação CEPA, empresa privada chamada pelo governo de Dário Berger para organizar o que foi definido pelas comunidades e que acabou criando um monstrego, totalmente desconectado da vontade popular.

Praticamente nada do que foi definido em cinco anos de reuniões comunitárias foi levado em conta. E a outra é a do movimento comunitário, consolidada em cinco anos de encontros, oficinas, debates e deliberações, que desenha um modelo de cidade que leva em conta a proteção da natureza, a criação de parques, outro modelo de mobilidade, melhor equilíbrio na ocupação do solo, modelo de saneamento alternativo, respeito ao modo de vida típico dos bairros, proteção do patrimônio cultural, enfim, uma cidade onde caibam todos, sem discriminação nem segregação.

Esse projeto comunitário não é um amontoado de princípios abstratos ou de caráter ideológico. Cada proposta está embasada no conhecimento da cidade, está fundamentada tecnicamente e desenhada nos mapas. Não foi brincadeira o que as comunidades trabalharam e produziram ao longo desses anos. Toda essa força foi jogada fora pelo governo Dário. E agora, com Cesar, quem saberá?

Assim, enquanto corre o tempo, os movimentos sociais seguem discutindo e burilando o projeto de Plano Diretor. Querem ter tudo pronto para quando janeiro chegar, quando então travarão o debate com o novo prefeito. A composição da Câmara também está modificada, alguns dos vereadores que protagonizaram as alterações de zoneamento não se reelegeram, mas outros seguem ali. A bancada progressista engordou, em quantidade e qualidade. Alguns vereadores, ainda que de partidos mais ao centro, podem ser aliados da população, mas há muita coisa em jogo e tudo ainda está bastante obscuro. É bem possível que esse debate do Plano Diretor defina claramente os lados e quem está com quem.

O certo é que as comunidades estão alerta e atuando, movimentos sociais estão mobilizados, algumas demandas estão na rua. Todos sabem que o legislativo não é aliado, embora uns poucos vereadores o sejam. Então, o ano de 2013 certamente será de muitas lutas, porque a história já mostrou que só o povo organizado muda a vida.

O duro aprendizado de um estudante que vive nas ruas do campus

"Um dia de cão, um dia de rei..."

Por vários meses ele circulou pelo campus da Universidade Federal de Santa Catarina como se invisível fosse. Dormiu ao relento, buscando abrigo em algum lugar escondido para não correr o risco de ser confundido com marginais. Mas jurou que não iria desistir, em nome de seu sonho. Por isso, nas noites frias ou quando o estômago roncava de fome – a comida era pouca para seu corpo de homem – jogava fora pensamentos pessimistas. Tinha que seguir em frente para um dia se formar na UFSC.

Na meia estrada da vida, os dias de Paulo Roberto de Oliveira não têm sido fáceis. Nunca nada é simples para quem é pobre. Sem lugar na moradia estudantil, é difícil sobreviver com uma bolsa permanência de 457 reais, que só conseguiu depois de uns quatro meses de estudos. Viu desconfiança nos olhares em sala de aula. *"Nem todos, sempre encontro um colega leal."* Calouro de Letras Espanhol, seguiu caminhos de solidão até obter a bolsa de estudos que levou seus passos até o Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA). Procurava um lugar onde fazer ligações com seu universo de estudos e prosseguir o caminho de humano aprendiz.

Na universidade ele não chegou proclamando sua condição de sem teto. Apenas seguiu o percurso institucional, confiando no amparo para a permanência estudantil, que tardou meses, até obter uma ajuda de 200 reais como auxílio moradia. *"Eles sabiam que eu morava na rua, mas a resposta era sempre a mesma: – Não tem lugar na casa dos estudantes."* Como não há até agora, que Paulo está de novo sem abrigo. *"Não pude continuar pagando o aluguel do quarto onde estava morando neste segundo semestre de 2012, depois da greve, então, nesta semana do feriado da*

Texto: Raquel Moysés, de Florianópolis

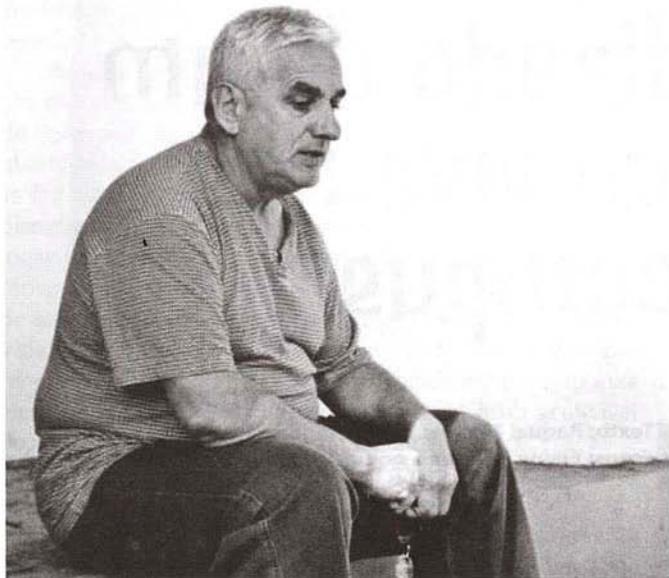
Fotos: Elaine Tavares e gojuriograndedodosul.blogspot.com.br

proclamação da República, para não ficar dormindo aí pelas ruas, vim para Tubarão, aqui pelo menos tenho onde dormir e comer nesses quatro dias", me conta em uma mensagem pela internet.

Paulo aprendeu a se virar na dureza da vida e não sai por aí lançando insultos. Logo que chegou ao campus, avisou em cartazes que podia dar aulas de japonês, chinês, mandarim e inglês. Todo dia, com ou sem café da manhã, ia para a sala de aula aprender espanhol e a cultura dos povos hispânicos. Homem de muitos caminhos trilhados no mundo, tem paixão pelos idiomas em que os humanos se expressam. Quer aprender e ensinar todos que puder.

Cultiva esse gosto por palavras e estradas desde que se viu, gurizinho, no desamparo de ruas gaúchas. Há 58 anos ele nasceu de uma mãe que, quase menina, aventurou-se pelas vias de Porto Alegre onde conheceu um homem. Ele a engravidou e sumiu. Aos dois anos, Paulo foi deixado nos braços de uma madrinha que logo o passou adiante para uma conhecida. Ela "descuidava de crianças". Acolheu-o então uma mulher das vizinhanças, que sabia dos maus-tratos e se compadeceu do garoto. Tia Otília cuidava de gatos até de crianças e foi a mãe que Paulo conheceu na primeira infância. Viúva de um militar, possuía um terreno grande. Lavava roupas para fora e alugava quartos de sua casa.

"Fiquei até os nove anos com ela, daí fugi para as ruas, onde vendia bala, engraxava sapato." Mas Otília não desistiu do menino e, quando ele tinha uns 11 anos, o encontrou no "Pão dos pobres", colégio de padres onde o Juizado o recolhera. Levou-o de volta para casa. Foi quando a mãe de sangue apareceu, casada e com outros filhos. Buscava abrigo depois



Paulo: *"A minha vida sempre foi assim: um dia de cão, um dia de rei..."* Na foto de baixo, Paulo ensinando karatê

de uma enchente que levara o pouco que tinham. *"Então a minha outra mãe ficou ali, morando numa 'maloquinha', e eu vivia entre as duas, trabalhando como engraxate."*

Quando a família de sangue foi embora para Alvorada, interior do Rio Grande do Sul, Paulo preferiu continuar em Porto Alegre, vivendo entre as ruas e a casa da tia Otília. Trabalhava no centro da cidade e em geral dormia por lá mesmo. Um dia, ao procurar a mulher, descobriu que tinha morrido e deixado tudo para um rapaz que também havia criado. *"Era para dividir comigo, mas ele não quis."*

Nada de lamentação. *"Minha infância, apesar de tudo, foi feliz ao lado da tia Otília. Eu comia, dormia bem. O bairro chamava Tristeza, mas era muito bom. Não existia a ganância de hoje. Os meninos não se metiam com drogas nem com álcool. Eu me lembro de ter dito o primeiro palavrão com 18 anos, ao ser afrontado por uma gurizada com desrespeito"*.

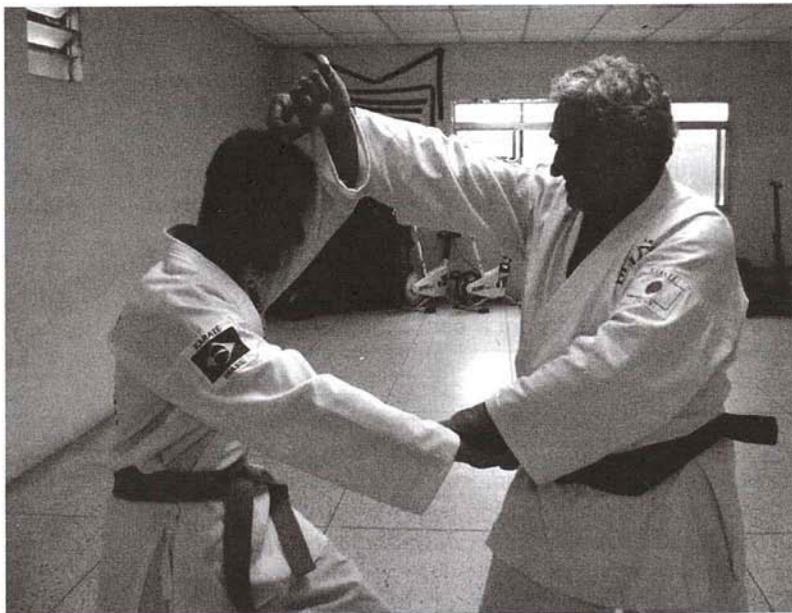
A disciplina, ele aprendeu com tia Otília, à custa de varadas de marmelo nas pernas. *"Assim tomei juízo. Do álcool sempre fiquei longe, pois vi meu padrasto morrer de tanto beber, aos 33 anos."* Ao longo dos anos, Paulo buscou reatar laços com a família de sangue, que, quando dava, visitava no natal ou ano novo. *"Tentei ajudar, matriculei meus irmãos na escola, mas eles a abandonaram. Continuaram analfabetos, bebem, usam droga. Não aceito esta vida deles, a última vez que os procurei me fecharam as portas, por isso há uns quatro anos não tenho mais contato"*.

Depois de perder tia Otília, aos 16 anos Paulo conseguiu um trabalho de contínuo na GBOEX, empresa de previdência privada, e foi nessa idade que começou a treinar karatê, paixão que cultua como filosofia de vida. Aprendeu tudo com um professor japonês, Akira Taniguchi, que falava só umas palavrinhas de português. *"Comecei a ajudar numa academia nas horas de folga do trabalho. Depois de um ano, fui passando de faixa de grau, gostava cada vez mais das artes marciais."*

Foi então que o seu mestre o convidou para trabalhar em Curitiba. Taniguchi morava no Japão, onde tinha uma academia, e vinha ao Brasil a cada seis meses, para supervisionar duas outras que mantinha em São Paulo e no Paraná. O mestre de karatê era também um mercador, pois nas academias (no Brasil e Japão) havia uma lojinha em que vendia couro (que comprava no Rio Grande, em Pelotas), carqueja, mel, própolis, pedras semipreciosas.

Em Curitiba, Paulo morava na academia, cuidava da loja e dava aulas de karatê. *"Fiquei um ano e meio por lá, mas passei trabalho, pois faltava aluno e nem sempre chegava dinheiro do Japão."* O jeito foi fechar tudo e voltar para Porto Alegre. *"Não demorou muito e Taniguchi retornou, levou-me para São Paulo e depois para Pelotas, onde passei a cuidar de outra academia que tinha vários alunos e precisava de professor, pois o dono, que ensinava, havia morrido."*

Foi em Pelotas, onde viveu dois anos, que Paulo concluiu o segundo grau, em 1978. *"Até os 13 anos, quando morava ainda no Tristeza, eu era analfabeto e comecei a estudar sozinho. Depois conheci uma professora, que me levou para a escola, mas com 16 anos parei de novo. Na verdade, nesta vida de andarilho, fiz o Mobral em São Paulo e depois o*





O mestre Akira Taniguchi de Paulo

supletivo em Porto Alegre. Em Pelotas, cuidava da academia e estudava muito. Era um dos melhores alunos, descobria as letras, as palavras, mas até aí não tinha nem um registro na carteira de trabalho."

Como um pai, o mestre japonês sempre aparecia na vida de Paulo para mudar-lhe o rumo. Taniguchi estava com mais de 60 anos e falou que pela última vez compraria couro em Pelotas, não dava lucro. Também não queria mais cuidar daquela academia. *"Ele disse que não gostava de cidade pequena e atrasada, e decidiu que iria ficar apenas com as de São Paulo e do Japão."* E lá foi Paulo, viver na capital paulista.

Nessa altura da vida, se apaixonara pela língua japonesa, que aprendia sozinho, decorando palavras. Estudava também inglês. Lia, escutava fitas de áudio, ouvia rádio. Com 20 anos, tentou duas vezes o vestibular: Educação Física, na USP. Não passou, mas como vivia na Liberdade, colônia nipônica, conseguiu entrar em uma faculdade japonesa, a Aliança Cultural Brasil Japão. O amigo Taniguchi pagou-lhe os estudos e Paulo concluiu o curso intermediário de japonês, de quatro anos.

O tempo passava. Paulo já vivia 15 anos em São Paulo, chegara aos 35 de idade, ainda solteiro. Nesse tempo preparara alunos para as artes marciais, viajando para Curitiba,

Porto Alegre, Rio de Janeiro. Mas nunca abandonara o estudo das línguas, como autodidata. Só que quando Taniguchi não apareceu mais e o aluguel da academia encareceu, não deu mais para viver ali. Mudou-se para Araçatuba, terra de fazendeiro, de gente rica, onde deu aulas em um clube, durante um ano. *"Mas não dava para morar em lugar pequeno, até hoje não consigo"*.

Girou então rumo sul, para procurar um tio, que era juiz de futebol em Criciúma. Foi ele que indicou seu nome para um professor que ia abrir uma academia em Tubarão. *"Tinha um monte de alunos, então decidi que ia ficar por ali, tomei gosto pela cidade. Também achava a mulher catarinense bonita, e naquele tempo, treinava muito, tinha um corpo atlético."* Foi no bairro de Capivari, onde também ensinava, que conheceu Valéria, a futura mulher. *"Morena linda, filha de índio, ela tinha 22 anos, eu, 36. Namoramos e seis meses depois nos casamos, em 1986."*

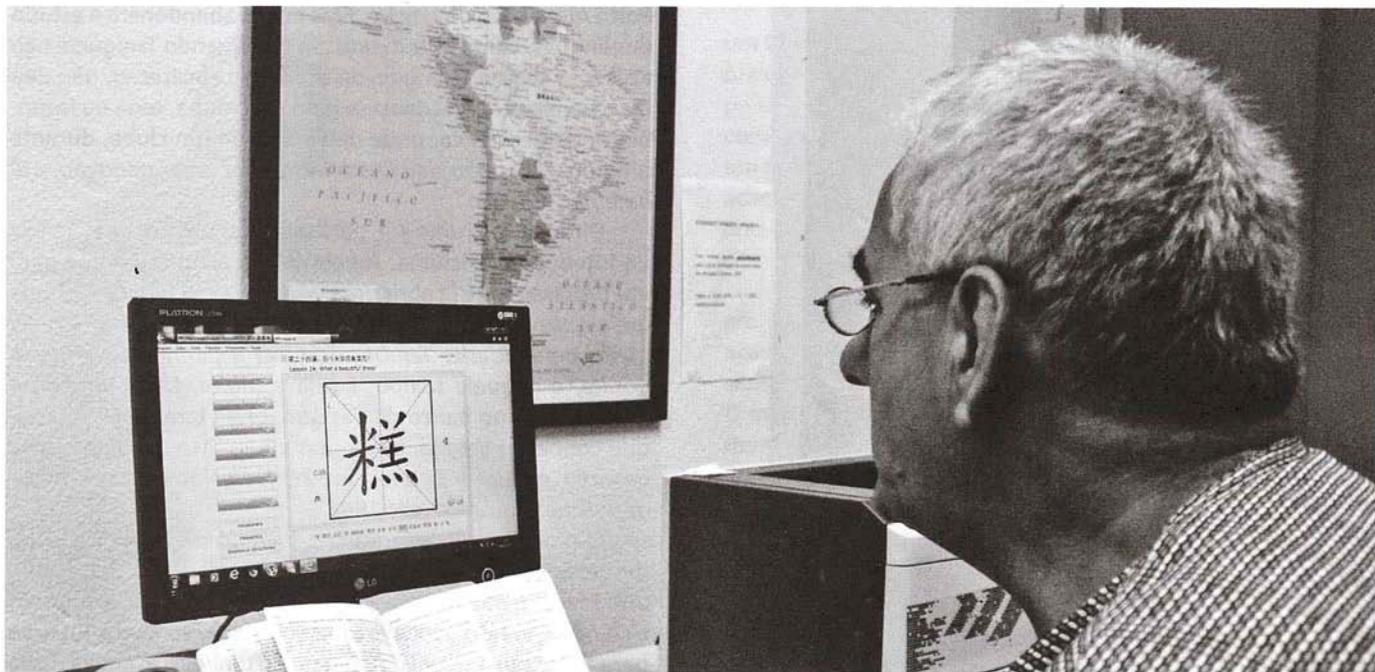
O dinheiro não alcançava o final do mês. Aluguel caro, despesas de casa. E Paulo pegou a estrada de São Paulo, onde facilmente arranjava trabalho em restaurante japonês e chinês. Quando ganhava uma boa soma, voltava a Tubarão para ficar com a família. Assim que o dinheiro acabava, fazia o caminho de retorno. Vida reprovada pela família da moça, que não aceitara bem o casamento. Para buscar pacificar a situação, abriu novamente academia na cidade. Mas a desarmonia familiar não se aplacava, embora já tivesse nascido a primeira filha, Ana Paula, em 1987.

A vida de cigano, de cidade em cidade, tornava tudo difícil. Foram 43 mudanças com a mulher e a filha, buscando um jeito de viver com autonomia. *"Mas o karatê ia morrendo, começava a sair de moda para dar lugar a outras artes marciais e à body dance. Várias academias de karatê faliram, inclusive a minha. Valéria se queixava das constantes mudanças. A menina reclamava porque não dava tempo de fazer amigas."*

Então ele foi sozinho para São Paulo. Arrumou trabalho em um hotel chinês, na Liberdade, onde se hospedava Taniguchi. *"Confiavam em mim, eu sabia cozinhar, falava línguas e cuidava do hotel à noite."* A proprietária ofereceu-lhe até um lugar para morar. *"Era para manter a casa e cuidar do cachorro. Em troca ela daria um salário para minha mulher, a escola da menina e me pagaria 400 dólares para eu cuidar do hotel."*

Mesmo assim não deu certo, depois de seis meses Valéria não se acostumou em São Paulo e voltou com a filha para Tubarão. Ele continuou no hotel mais uns meses. Mas aquele era o momento da febre dos "dekasseguis" brasileiros descendentes ou casados com japoneses, que iam ao Japão para ganhar dinheiro. E o plano de Paulo era o de também viver lá para trabalhar.

"Eu conhecia a agência de viagem onde Taniguchi com-



Paulo no Japão

prava passagens e um dia ele me ligou dizendo que havia um jeito de eu ir. Um grupo estava viajando para o Japão e não sabia a língua." Partiu com visto de turista, a passagem paga e dez dólares no bolso. Corria o ano de 1990 quando entrou no Japão, para trabalhar 17 horas por dia, viver no alojamento da fábrica e enfrentar o frio congelante do inverno com um único casaco. Em Nagoya, trabalhava no controle de qualidade da Honda, recebia três mil dólares por mês e enviava dinheiro para a família.

Quando começou a guerra do golfo, ficou sabendo que o visto não seria mais prorrogado. Estava no Japão há uns nove meses e teve que ir embora. Mas como sonhava conhecer outros países e guardara algum dinheiro, foi correr mundo

antes de voltar para casa: Coreia, China, Marrocos, Inglaterra, Itália, Portugal, Espanha, França. Ficou rodando por mais de um ano. Trabalhou nas Olimpíadas de Barcelona de 1992, como voluntário, e foi para Portugal, pois acabara o dinheiro. Ali passou seis meses, dormindo em um prédio condenado, com outros andarilhos. Arranjou trabalho na cozinha de um restaurante, até juntar dinheiro para retornar ao Brasil.

Foram morar em Grão Pará (SC), e em 1993 nasceu outra menina, Sara, seu atual compromisso de vida. A filha mais velha, que passou no curso de Matemática da UFSC, desistiu de estudar para se casar e já lhe deu uma netinha, Lívia. "Fui passando por academias em Tubarão, Braço do Norte, Florianópolis, mas em 2005 veio a separação definitiva de Valéria, que voltou para perto dos pais". Depois disso, a vida os tornou amigos, por causa das filhas e dos anos vividos juntos. "Eu sempre quis bem a ela, insisti muito para que estudasse, fosse independente, mas nunca deu certo."

Sozinho de novo, Paulo foi a Joinville trabalhar como segurança. Após um ano, voltou a Tubarão e arranhou serviço em hotel, loja de calçados, fazia o bico que aparecia. Nessa vida de tanto trabalho, só conseguiu registrar 13 anos em carteira, mas sonha em se formar, encontrar um bom serviço e um dia ter uma aposentadoria decente.

Em 2005 e 2006 tentou vestibular na UFSC, só conseguindo a vaga no concurso de 2010. O estudo e o ensino das línguas Paulo vê com esperança, no encaixe de um futuro. Por isso também dá aulas de chinês e mandarim, que aprendeu sozinho, desde que trabalhava no hotel da chinesa em São

Paulo. *"Já estou no nível intermediário, aprendi os ideogramas mais facilmente porque já conhecia o japonês, que continuo sempre estudando. Tudo pela internet."* Para ajudar a pagar os estudos de Sara, que este ano faz o vestibular da UFSC, sempre encontra algum aluno que ensina a domicílio, na biblioteca, embaixo de uma árvore. O dinheiro nunca é certo, pois os poucos que se interessam por idiomas exóticos também não têm dinheiro.

Paulo pensa que sua salvação foi o esporte. *"Ele sempre me tirou das ruas, salvou minha cabeça. Fui criado dentro do karatê, a disciplina que eu aprendi com esse esporte eu pratico até hoje. Viajei por causa dele, tive centenas de alunos que ainda me agradecem pelo trabalho que fiz, hoje alguns são juízes, promotores, gente de bem"*.

Adventista por escolha, confessa que toda sua vida procurou um Deus, mas se decepcionara muito no Pão dos Pobres. *"Fugi do colégio duas vezes porque judiavam das crianças. Mas sempre pensava que existia um só Deus. Estudei budismo por causa do karatê, estudei com os mormons para praticar inglês, aprendi com os Bahá'í, entrei no espiritismo, frequentei umbanda e li até sobre bruxaria. Mas me desiludi com tudo. Só não queria ler a bíblia, pois fiquei traumatizado com os tempos do Pão dos Pobres. Como sempre fui muito ligado à natureza, desejava ler um livro que falasse das origens de tudo. Foi quando me caiu nas mãos 'O grande conflito', de Ellen White. Eu não queria parar de ler aquele livro, o li várias vezes e só depois comecei a ler a bíblia. Após muito estudar, resolvi me batizar."*

A nova religião caiu como um raio na família de Valéria, que também se tornara adventista. Muito católicos, os sogros não aceitavam a escolha da filha nem que as netas estudassem em colégio adventista. A igreja também não aceitava que Paulo ensinasse karatê. Ninguém conseguiu o intento. As filhas continuaram naquela escola e ele voltou a dar aulas de artes marciais. *"Descobri que Deus é muito mais misericordioso do que pregam todas as igrejas. Ser sincero de coração, praticar o bem, é o que conta. Só o que te salva é o amor."*

Por causa da disciplina e persistência, nem o relento nem o descaso fazem Paulo desistir. A ideia de alcançar o sonho que acalenta desde criança nunca o abandona: quer se formar na universidade. *"Eu era analfabeto com 13 anos, semianalfabeto aos 18, mas aos 58 de idade posso ter a alegria de dizer que sou um universitário. Cheguei aqui para estudar em março de 2011, e fiquei por aí, adormecendo onde dava para me encostar, em cima de papelão. A única salvação este tempo todo foram os passes para comer no Restaurante Universitário. Dormi muitas noites na frente do templo ecumênico, mas o pessoal da segurança disse que era para eu ficar atrás do RU. Só que lá era mais perigoso. Então passei a me abrigar atrás do meu Centro de Comunicação*

e Expressão, pois o vigilante já me conhecia, sabia que era estudante da UFSC. Ali não chovia, não pegava vento. E ele me trazia um cafezinho, um blusão, um cobertor, até me deu um dinheiro para eu ir para casa."

A casa a que se refere não é dele. É emprestada pelo dono, que ele conheceu em 2006, quando trabalhava em um carrinho de cachorro-quente em Tubarão. Ao saber de sua situação, e que tinha carteira de habilitação, o homem contratou-o como motorista. É um empresário rico, proprietário de empresa de móveis. No início Paulo passava a noite no caminhão que dirigia, depois foi autorizado a dormir no galpão, no escritório e finalmente em uma casa que o homem tinha vazia na cidade. *"A cama é um sofá velho, mas ali eu tenho fogão, geladeira, mesa, cadeira, cobertor para me aquecer."*

Na UFSC, em 2011, depois de viver sem teto vários meses, Paulo conseguiu abrigo por uns tempos no Diretório Central dos Estudantes. Depois foi chamado por uns alunos conhecidos para ocupar um quatinho que lhe subalugaram, onde não havia chave na porta, nem cama ou chuveiro, só um cano de água fria. No segundo semestre de 2012 finalmente conseguiu um lugar para viver no bairro João Paulo, de onde vinha a pé até o campus. Mais de uma hora de caminhada, sob chuva ou sol. Mas agora até isso acabou. Não consegue dar conta de pagar o aluguel do quarto, enviar dinheiro para a filha, tomar um café da manhã, comprar alguma fruta, um remédio, um sabonete.

"O auxílio moradia é de 200 reais, se tiver recibo de aluguel, mas é impossível encontrar um lugar por esse valor e ainda pagar o passe escolar. A UFSC sabe que eu moro pelos cantos do campus, que tenho uma declaração de extrema pobreza concedida pela justiça. Mas quando vou pedir vaga na moradia estudantil, sempre dizem que não é ainda a minha vez, que tem gente em pior situação que a minha. Quem mais mora na rua aqui no campus, eu não sei... O que tenho de meu? Só meus documentos, uma sacola com roupa, um cobertor, uns sapatos rotos... Meus livros de inglês, chinês e de japonês eu não largo nunca. Trago sempre comigo nesta bolsa velha, são caros, custei muito a comprar."

O que mais incomoda Paulo é a injustiça, a discriminação. *"Porque se você está na pior, não consegue nem se lavar direito para frequentar as aulas, te tratam com indiferença ou desprezo. Noto os olhares na sala de aula e isso me machuca. Será também por causa da idade?"*

Mas enquanto conseguir ficar de pé, nada vai fazer o Paulo desistir de sua luta, de aprender e ensinar as línguas dos homens. *"Hoje não tenho onde cair morto, vivo no pátio da UFSC, mas estou em uma universidade federal. Enquanto eu puder levantar do chão, ninguém me segura. A minha vida sempre foi assim: um dia de cão, um dia de rei... Este é o título do livro que ainda vou escrever"*.

Empresa tira saúde dos pobres

Texto: Raquel Moysés, de Florianópolis

Foto: Leandro Pellizzoni

Os braços de um sistema de leis que favorece grupos empresariais apertam cerco no Brasil. A medusa avança e abocanha serviços públicos de saúde através de novas formas de privatização, como a que busca se apropriar dos Hospitais Universitários. E não é lucro pouco se apossar do maior complexo de hospitais públicos das Américas. Os HUs formam a maior rede de hospitais do Sistema Único de Saúde, com cerca de 50 hospitais-escola, totalizando 10% dos leitos que atendem 12% das internações no SUS.

A tentativa de grupos privados de se apropriar disso tudo não é de hoje. E tal intento agora encontra amparo em uma bem tramada lei, que permite a usurpação a pretexto de “salvar” os HUs. A nova poção mágica prometida é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), criada pelo governo federal, através da lei 12.550/2011.

Os laços da rede legal que favorece grupos privados estão disfarçados com nomes enganadores. Eles escondem os concei-

tos que os estruturam. Algumas dessas formas de privatização respondem por Parcerias Público-Privadas (PPPs), Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), Ebserh. São empresas de direito privado, criadas para se apossar do dinheiro público com finalidade de lucrar.

As armadilhas são difíceis de serem desarmadas. Em Santa Catarina, como denuncia o Fórum Catarinense em Defesa do SUS e contra a Privatização, o governo Raimundo Colombo continua a entregar os serviços públicos de saúde para as OSs. O Estado desrespeita até decisão judicial do Ministério Público do Trabalho que o condena a multa diária de R\$5 mil se admitir trabalhadores por meio de convênios com entidades privadas e também se terceirizar serviços de saúde.

Segue a escalada de privatização. Já foram entregues para OSs o Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon), o Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (Hemosc), o Hospital de Araranguá e parte do Regional de Joinville. Também



passaram para OSs o Hospital Infantil de Joinville e o de São Miguel do Oeste. Continuam na mira o Hospital Florianópolis, o de Ibirama e a parte do Regional de Joinville ainda pública. Não escapou nem o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o SAMU-192, já entregue a uma OS em meio a uma contenda judicial. Uma liminar concedida em outubro, requerida pelo Ministério Público de Santa Catarina, ordena que o Estado retome a administração do SAMU, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.

Combater este mal desconhecido pela maioria é um “trabalho para gigantes”, afirma Edileuza Fortuna, uma das diretoras do SindSaúde-SC. As forças contrárias ao sistema público são poderosas. Contam com lobbies, além da pressão da mídia, que vende a ideia da falência de tudo que é público.

Quem poderia suspeitar que siglas inofensivas como Ebserh e OSs são armadilhas para capturar as verbas do Estado, nutridas pelos impostos que pagamos todos os dias? Sara Granemann, professora da UFRJ, explica que os governos colocam em prática uma política difícil de ser entendida. “É que não se trata de privatização explícita. Não é a venda direta na bolsa de valores, mas um mecanismo de privatização sofisticado utilizado nesta era dos monopólios.”

Sara frisa que tal a política favorece os capitais com novos espaços de expansão e lucro. E o Estado é um campo fértil de negócios. No Brasil, na década de 90, FHC privatizou o parque produtivo estatal, com a entrega aviltante de lucrativas empresas estatais como a Usiminas e a Vale do Rio Doce. Depois foi a vez da infraestrutura, estradas, energia, telefonia, água e instituições bancárias estatais. Agora, através de leis, o privado abocanha gigantescos fundos oriundos dos impostos.

Presente amargo

De acordo com dados do MEC, dos cerca de 70 mil trabalhadores dos HUs mais de 26 mil são terceirizados. Muitos contratos são irregulares e por isso o Tribunal de Contas da União determinou, em 2006, que o governo teria quatro anos para resolver o problema. Em vez de concursos públicos, a “solução foi criar a Ebserh.

A lei veio como um presente amargo às vésperas do natal de 2011. A empresa esfacela mecanismos de controle social do SUS e estabelece o regime de trabalho celetista, próprio das empresas privadas. Os trabalhadores dos HUs ficam sujeitos à cessão para a nova empresa, com ônus para as universidades. Elas também terão que repassar recursos previstos no orçamento da União, bem como seu patrimônio de imóveis e equipamentos.

O médico João Pedro Carreirão Neto, auditor do SUS em Santa Catarina, adverte que a lei e o estatuto da empresa, estabelecem sérias restrições à participação de usuários e trabalhadores. Dos nove integrantes do Conselho de Administração

da empresa, sete são indicados pelo governo, sendo tolerado apenas um representante dos trabalhadores. Só que, a pretexto de conflito de interesses, a presença desse único representante será vedada quando a pauta das reuniões for sobre relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens.

O procurador André Stefani Bertuol afirma que com a empresa “não há autonomia, mas subordinação das universidades, além de que as linhas de pesquisa passam a ser pautadas pelo lucro.” A ideia contida na lei é de que “o controle atrapalha”, diz o procurador. Então, ela flexibiliza tudo, desde as licitações até os contratos de trabalho e o controle social do SUS.

O mecanismo de privatização da Ebserh, escondido sob uma capa de legalidade, é considerado inconstitucional por procuradores. Eles orientam a população a acionar o Ministério Público contra a entrega dos serviços de saúde. O procurador da Paraíba, Eduardo Varandas, denuncia que terceirizações da saúde pública se tornaram “epidêmicas” no Brasil. É para burlar o concurso público que governos estaduais contratam empresas terceirizadas, muitas delas “embustes”, que atuam com lavagem de dinheiro público, superfaturamento, fraude da lei das licitações e contratos.

Sobre a adesão à Ebserh, na UFSC, a reitora Roselane Neckel tem afirmado que a forma de construir alternativas é “ouvir a todos”. Mas há universidades que já tomaram a decisão corajosa de não aceitar a imposição. A UFPR rejeitou entregar seu Hospital de Clínicas à Ebserh. A Universidade Federal de Campina Grande (PB) também se negou a dar o Hospital Universitário Alcides Carneiro à empresa.

Um dos riscos de ceder à adesão é a redução gradativa do atendimento aos mais pobres, pois a lei abre para planos privados e incentiva serviços “lucrativos.” O deputado Amauri Soares, da Comissão de Saúde da Assembleia de SC, denuncia o que ocorreu no setor de queimados do Hospital Infantil de Joinville. Ali, dez leitos destinados a crianças foram fechados e os gestores da OS deram a desculpa de que o setor “não trazia retorno”. Assim, crianças do norte catarinense agora têm que vir para o Hospital Joana de Gusmão, na capital, com apenas dez leitos para todo o Estado.

O investimento de recursos públicos na lógica da saúde como mercadoria é escandaloso, além de ferir a Constituição e a universalidade do SUS. Por isso, as federações dos trabalhadores em educação e da saúde e o sindicato nacional dos docentes protocolaram pedido de ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal contra a Ebserh. O Conselho Nacional de Saúde também luta nos tribunais contra a Lei da Dupla Porta, ou dos fura-fila do SUS. Ela permite às OSs venderem até 25% dos leitos e outros serviços públicos de saúde a planos privados.

Nesse cenário de disputas interesseiras, o perigo ronda a nação brasileira. Ela não pode correr o risco de dormir em berço esplêndido enquanto sua vida fica sujeita a fiapos de Justiça.

A marca da bolsa

Texto e foto: Elaine Tavares, de Florianópolis

Entrei no ônibus correndo, atabalhoadamente, como sempre. Carregada com livros, casaco e equipamentos de trabalho. Era fim de tarde e do terminal urbano vazava gente pelo ladrão. A fila do Rio Tavares já tinha parado, esperando o outro horário, mas eu estava atrasada e o jeito era ir em pé. Esperar pelo próximo ônibus equivaleria a perder uns 20 minutos ou mais, o que me faria também perder a integração e toda aquela ladainha de quem sofre o transporte coletivo desintegrado de Florianópolis.

Assim, entrei e fui me esgueirando em meio ao povo tentando achar algum lugar que me permitisse segurar no ferrinho do banco porque, como sou pequena, não alcanço o ferro de cima. Tragédia cotidiana. Foi então que percebi uma coisa que me deixou muito intrigada. À medida que eu ia avançando pelo corredor, ia esbarrando nas pessoas, é claro. Mas o curioso é que as mulheres pareciam estar todas com a mesma bolsa. Era o mesmo modelo, o que variava era a tonalidade. Algumas a tinham na cor bege e outras, marrom. Imediatamente pensei que aquelas bolsas deveriam estar bombando na novela, porque às vezes acontece de um determinado personagem ditar moda.

O ônibus saiu rumo ao Rio Tavares e fiquei matutando, tentando encontrar algum globo ocular simpático para entabular uma conversa. Lá pela rabeira do ônibus encontrei uma garota que eu conhecia. Observei que ela também estava com uma bolsa igual. Então, observei: - "Gozado, parece que tá todo mundo usando o mesmo modelo de bolsa, né?". Ela me olhou e riu gostosamente: "É a Louis Vuitton, Elaine. Uma marca famosa, é super moda agora e a gente encontra, baratinha, no mercado público". Então

mostrou a dela, a qual tinha estampada por todo o corpo a tal da marca, um L e um V entrelaçados. Eu então perguntei: "E quanto é que o pessoal ganha para andar com essa bolsa?" E ela, com cara de espanto: "Nada, a gente compra, é moda".

Eu fiquei ruminando a informação. As bolsas são como outdoors ambulantes, estampando uma marca, propagandeando. As pessoas deveriam ganhar por isso, afinal, é um anúncio. A menos que fossem apaixonadas pela marca, ou

a marca significasse alguma coisa muito legal, como uma campanha para salvar animais, uma mensagem política ou coisa assim. Mas não, fui informada de que o legal é mesmo ostentar a marca, para que os demais vejam o quanto a pessoa é descolada. Entendi. "Essa tua bolsa, por exemplo, é ridícula...", ela me disse, entre risos. Eu ri também, entendendo que ela era torcedora do Avaí e não que desfizesse da minha "verdinha". É que a minha bolsa velha de guerra estampa o símbolo do meu time do coração, deliciosa paixão: o Figueirense. De fato, admiti, é brega. Mas não seria tão brega quanto ostentar uma marca só porque ela é marca de descolados? Ficamos nesse papo,

e o povo todo em volta ouvindo. Ela perguntou: "E tu, não tinha que cobrar por levar o brasão do time?" Mas time é amor, respondi. "Pois é, e Louis Vuitton para nós é amor também". Putz, me pegou. Como rebater isso? Não dá.

Assim, de ponto em ponto, lá se foram as moças com suas bolsas em série. E eu, saí serelepe, com minha mochilinha verde, de pelúcia, com o símbolo do Furacão do Estreito. Cada uma carregava sua própria significância, o seu amor... E vamos combinar, como dizer qual amor é melhor? Não tem como!



O grande reino do valinho

Texto: Míriam Santini de Abreu, de Florianópolis
Ilustração: Eduardo Schmitz

Dia desses, devorando batatas fritas na Travessa Ratcliff, entramos numa acalorada conversa sobre as diferenças entre beco, servidão e travessa e qual das palavras mais evoca sabor de transgressão, de boêmia. Essa última, diz o dicionário, é "rua estreita transversal, entre duas ruas mais importantes". Florianópolis tem muita servidão. Mas eu, entre as três, prefiro beco. Cresci num beco, prolongamento de uma pequena rua (era uma servidão!), a rua dos Bandeirantes, em Caxias do Sul.

Quando eu tinha uns oito anos, o pai e a mãe conseguiram, com sacrifício, dar entrada, com prestação a perder de vista, na moradia própria, construída num terreno bem acidentado nesse beco, que na época mais parecia um barranco. Mas o barranco, com o passar do tempo, foi "alisado". O que incomodava era o bueiro que cortava a parte baixa do terreno, umas quatro casas depois de nossa. Nós, as crianças do beco, o chamávamos de "valinho", e o valinho era parte do nosso grande reino.

Descobri há algum tempo que a ideia de contaminação aparece numa certa fase da infância. Para mim, demorou, porque não tínhamos medo das doenças que a água suja poderia provocar. Minha mãe, sim, e, para seu desespero, o valinho era um dos nossos lugares de brincadeiras. Ela ia até a janela nos inspecionar e via: lá estávamos, pulando de uma pedra para outra, naquela mistura de água de chuva com outras águas, menos puras. Mas, como era só água o que víamos, ali parecia passar apenas um córrego, cercado de grandes samambaias e urtigas, no fundo de um declive alto que dava ao cenário a aparência de um mundo perdido.

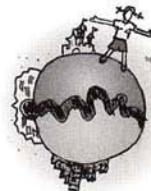
A mãe não desconfiava da capacidade de nossa misteriosa imaginação. Da janela, ela gritava:
- Saiam desse vaaaaaloo! Agora!

E, quando chegávamos em casa, ela puxava as nossas orelhas de um jeito especialmente dolorido, mas no dia seguinte, vestidos com nossos calções surrados e as Congas azuis, lá estávamos, novamente, no nosso "reino das águas claras".

Crescemos, então, e o valinho da infância virou o que era, um bueiro pernicioso. Os moradores do beco organizavam abaixo-assinado todo ano pedindo à prefeitura que fizesse a canalização. Uma parte a prefeitura fez, mas a outra, não. E como todo bueiro que se preze, o nosso ficava ainda pior no verão e quando chovia. Mas eis que, há uns meses, a mãe me liga para contar que, finalmente, o valinho foi todo canalizado. As águas vão correr sob concreto e terra, tudo porque, ali perto, será construído um conjunto de apartamentos. Eu comentei: - Mãe, é o fim de uma era!

Às vezes, quando me dou ares de muita importância, um de meus irmãos comenta, sarcástico:
- Baixa a bola, porque tu cresceu brincando num valinho!

Eu dou um sorriso ambíguo. Gosto de pensar que, naquele tempo, a rua nos pertencia, e nós pertencíamos ao mundo.



Não Posso Adiar o Amor

Não posso adiar o amor
para outro século
não posso
ainda que o grito sufoque na garganta
ainda que o ódio estale e crepite e arda
sob montanhas cinzentas
e montanhas cinzentas

Não posso adiar este abraço
que é uma arma de dois gumes
amor e ódio

Não posso adiar
ainda que a noite pese séculos
sobre as costas
e a aurora indecisa demore
não posso adiar para outro
século a minha vida
nem o meu amor
nem o meu grito de libertação

Não posso adiar o coração

*António Ramos Rosa,
in "Viagem Através de uma Nebulosa"*

Foto: Miriam Santini de Abreu

Acervo: Biblioteca Pública S



Foto: Leandro Pellizzoni

Armadilhas na lei arrancam lucro de Hospitais Universitários

Página 24

Ao pé do morro da penitenciária, a vigília contra a tortura

Página 08

FLORIMAGE
SERVIÇOS GRÁFICOS

- * Criação
- * Designer
- * Diagramação
- * Banners
- * Impressos em gerais

Contato:

florimage@florimage.com.br

Fone: (48) 9107-2667 (Alysson)

Hemeroteca Digital Catarinense